

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



ESTUDO PRELIMINAR DE UM CAMPO DE REFUGIADOS EM RORAIMA

ANA RAISSA COLAÇO MARANHÃO

RECIFE
2023

ANA RAISSA COLAÇO MARANHÃO

ESTUDO PRELIMINAR DE UM CAMPO DE REFUGIADOS EM RORAIMA

Trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), desenvolvido como requisito para graduação da aluna Ana Raissa Colaço Maranhão.

Campo de conhecimento profissional:

Projeto

Orientador:

Fabiano Rocha Diniz

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Maranhão, Ana Raissa Colaço.

Estudo preliminar de um campo de refugiados em Roraima / Ana Raissa Colaço Maranhão. - Recife, 2023.
109 p. : il.

Orientador(a): Fabiano Diniz

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

1. Projeto urbano. 2. Projeto arquitetônico. I. Diniz, Fabiano . (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Angelo Maranhão e Ana Colaço por sempre estarem presentes e me apoiarem no desenvolvimento do meu TCC, sem eles com certeza a tarefa teria sido muito mais árdua.

Ao meu irmão Neto Maranhão que sempre esteve ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

Deixo um agradecimento especial ao meu orientador Fabiano Diniz por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa e pelo apoio na elaboração deste trabalho.

Ao meu grupo de estudos que me acompanhou por todos os trabalhos e projetos, sem elas o curso teria sido muito mais difícil.

Também quero agradecer à Universidade Federal de Pernambuco e a todos os professores do curso de Arquitetura e Urbanismo pela elevada qualidade do ensino oferecido.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

“Toda a pessoa sujeita a perseguição, tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”

Artigo 14º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

RESUMO

Campo de refugiados são os locais de acolhimento para aqueles que deixaram suas casas devido a fundados temores de perseguição. Com um aumento crescente de refugiados ao redor do mundo, os países acolhedores e as organizações internacionais passaram a discutir sobre os problemas causados por um campo de refugiados aos que o habitam e aos países que o abrigam. Como os campos de refugiados sempre foram construídos às pressas buscando sanar uma crise humanitária, eles possuem um caráter temporário que acarretou na demora de haver uma discussão sobre a necessidade de um planejamento de projeto. Atualmente cerca de 70% dos refugiados do mundo vem de 3 países, um deles é a Venezuela, como faz fronteira com o Brasil, centenas de milhares de venezuelanos vieram para o Brasil e foi necessário criar o Projeto Acolhida que é um plano de ação do Governo Federal para acolher os refugiados que aqui chegavam, mesmo assim, devida a alta quantidade de pessoas que pedem refúgio no Brasil, as infraestruturas das cidades de Boa Vista e Pacaraíma estão sobrecarregadas e ainda há milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade. Sendo assim, o trabalho propõe a discussão de um estudo preliminar para um campo de refugiados no Brasil através de referência de outros campos de refugiados para buscar soluções plausíveis para tentar amenizar as problemáticas dessas estruturas.

Palavras-chave: campo de refugiados; refugiados; Brasil; Venezuela.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Campo de refugiados de Dadaab, Quênia	28
Figura 2: Campo de refugiados de Dadaab, Quênia	28
Figura 3: Projeto urbano Kalobeyei.	29
Figura 4: Campo de refugiados Kalobeyei	30
Figura 5: Campo de refugiados em Zaatari, Jordânia	31
Figura 6: Abrigos de Zaatari, Jordânia	31
Figura 7: Campo de Refugiados de Azraq, Jordânia	32
Figura 8: Tenda ACNUR	33
Figura 9: Tenda ACNUR	33
Figura 10: Tenda com cobertura especial no Paquistão	34
Figura 11: Better Shelter	35
Figura 12: Better Shelter	35
Figura 13: Paper Log, Japão	36
Figura 14: Paper Log, Índia	37
Figura 15: Vistas externa casa container temporária	38
Figura 16: Localização do projeto	44
Figura 17: Imagem de satélite	44
Figura 18: Localização do projeto	45
Figura 19: Hospital da Criança Santo Antônio	46
Figura 20: Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth	46
Figura 21: Edificação em 2019	46
Figura 22: Centro de Coordenação de Interiorização, 2023	47
Figura 23: Escola Estadual Maria das Dores Brasil	47
Figura 24: Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima	47
Figura 25: Abrigo Rondon 1	48
Figura 26: Abrigo Rondon 3	48
Figura 27: Abrigo para famílias	49
Figura 28: Abrigo para homens solteiros	49
Figura 29: Exemplo organização dos abrigos	50
Figura 30: Abrigo para indígenas	50
Figura 31: Cozinha coletiva abrigo para indígenas	51
Figura 32: Gráfico das temperaturas	51
Figura 33: Gráfico de Chuvas e Rosa dos Ventos	52
Figura 34: Mapa de usos atual	53
Figura 35: Mapa de altimetria atual	54
Figura 36: Estudo de vias para dentro do lote	56
Figura 37: Esboço do projeto urbano	57
Figura 38: Exemplo de aldeia indígena	58
Figura 39: Les Hautes Formes, Paris. Arquiteto Christian de Portzamparc, 1975	58

Figura 40: Matriz do programa de necessidades	60
Figura 41: Rua principal	61
Figura 42: Modelagem rua principal	62
Figura 43: Modelagem rua principal	62
Figura 44: Rua secundária	63
Figura 45: Modelagem rua secundária	63
Figura 46: Modelagem rua secundária	64
Figura 47: Planta baixa áreas de estar	64
Figura 48: Modelagem áreas de estar	65
Figura 49: Planta baixa fogão à lenha	65
Figura 50: Modelagem fogão à lenha	66
Figura 51: Planta baixa redário	66
Figura 52: Modelagem redário	67
Figura 53: Planta baixa playground	67
Figura 54: Modelagem playground	68
Figura 55: Composições de equipamentos urbanos	68
Figura 56: Masterplan parque	70
Figura 57: Modelagem parque	71
Figura 58: Masterplan	72
Figura 59: Zoom quadra	73
Figura 60: Piso intertravado	73
Figura 61: Imagem atual do abrigo rondon	74
Figura 62: Modelagem diferenciação entre os pisos	74
Figura 62: Mapa de altimetria proposto	75
Figura 63: Mapa de usos proposto	76
Figura 64: Fundação radier	79
Figura 65: Detalhe da estrutura	80
Figura 66: Explicação modularidade	81
Figura 67: Estrutura do edifício linear	82
Figura 68: Estrutura do edifício em U	82
Figura 69: Estrutura do edifício em L	83
Figura 70: Planta de cobertura linear	83
Figura 71: Planta de cobertura U	84
Figura 72: Planta de cobertura L	84
Figura 73: Fachada com placa cimentícia	85
Figura 74: Visão interna de um container reformado	86
Figura 75: Planta baixa edifício linear abrigo	87
Figura 76: Corte edifício linear abrigo	87
Figura 77: Fachadas edifício linear abrigo	87
Figura 78: Planta baixa edifício U abrigo	88
Figura 79: Corte edifício U abrigo	88

Figura 80: Fachadas edifício U abrigo	89
Figura 81: Planta baixa edifício L abrigo	89
Figura 82: Corte edifício L abrigo	90
Figura 83: Fachadas edifício L abrigo	90
Figura 84: Layouts abrigos	91
Figura 85: Layouts banheiro	91
Figura 86: Layouts cozinhas coletivas	92
Figura 87: Planta baixa edifício linear comércio	92
Figura 88: Fachadas edifício linear comércio	92
Figura 89: Planta baixa edifício U comércio	93
Figura 90: Fachadas edifício U comércio	93
Figura 91: Planta baixa edifício L comércio	94
Figura 92: Fachadas edifício L comércio	94
Figura 93: Apartamento 43 m ²	95
Figura 94: Apartamento 57 m ²	95
Figura 95: Apartamento 69 m ²	96
Figura 96: Planta baixa edifício linear apartamento	96
Figura 97: Corte edifício linear apartamento	96
Figura 98: Fachadas edifício linear apartamento	97
Figura 99: Planta baixa edifício L apartamento	97
Figura 100: Corte edifício L apartamento	97
Figura 101: Fachadas edifício L apartamento	98
Figura 102: Planta baixa edifício U apartamento	98
Figura 103: Corte edifício U apartamento	99
Figura 104: Fachadas edifício U apartamento	99
Figura 105: Gráfico de pessoas abrigadas	101
Figura 106: Gráfico porcentagem de usos propostos	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ACJR: Alto Comissariado para os Refugiados Judeus proveniente da Alemanha

ACLNR: Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

ACRR: Alto Comissariado para Refugiados Russos

CICV: Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CIR: Comitê Intergovernamental para Refugiados

Conare: Comitê Nacional para os Refugiados

DDHC: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

DIR: Direito Internacional dos Refugiados

DPAV: Declaração e Programa de Ação de Viena

DUDH: Declaração Universal dos Direitos Humanos

OIM: Organização Internacional para as Migrações

OIR: Organização Internacional para os Refugiados

OMS: Organização Mundial de Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas ou Nações Unidas

RMNA: Análise de Necessidades de Refugiados e Migrantes

S.d.N.: Sociedade das Nações

SISMIGRA: Sistema de Registro Nacional Migratório

Unicef: Fundo das Nações Unidas para a Infância

WFP: Programa Alimentar Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
OBJETIVOS.....	13
• Objetivo geral.....	13
• Objetivos específicos.....	13
ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
CAPÍTULO 1.....	15
CONTEXTO HISTÓRICO.....	16
REFUGIADO X ASILADO X MIGRANTE.....	23
QUEM SÃO OS ATUAIS REFUGIADOS?.....	24
SITUAÇÃO DA VENEZUELA.....	24
REALIDADE DE UM CAMPO DE REFUGIADO.....	25
EXEMPLOS CAMPOS DE REFUGIADOS.....	27
• Dadaad, Quênia.....	27
• Kalobeyei, Quênia.....	29
• Zaatari, Jordânia.....	30
• Azraq, Jordânia.....	32
EXEMPLOS DE ABRIGOS.....	32
• Better shelter - IKEA.....	34
• Shigeru Ban.....	35
CAPÍTULO 2.....	39
LEGISLAÇÃO BRASIL.....	40
PROBLEMÁTICA BRASIL.....	40
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO.....	43
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	44
• Visão geral.....	44
• Situação atual do Abrigo Rondon.....	48
• Dados climáticos.....	51
• Análise dos mapas.....	52
CAPÍTULO 3.....	55
DIRETRIZES ESPACIAIS.....	56
CONCEITO.....	57
PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	59
DETALHES PROJETUAIS.....	61
• Tipo de ruas propostas.....	61
• Equipamentos urbanos.....	64
• Parque.....	69
MASTERPLAN.....	72
MAPAS PROPOSTOS.....	74
• Mapa de altimetria.....	74

• Mapa de usos.....	75
CAPÍTULO 4.....	77
ESTRUTURA ESCOLHIDA.....	78
ESPECIFICAÇÕES E MATERIAIS DOS ABRIGOS.....	79
• Fundação.....	79
• Vedação e isolamento térmico.....	79
• Modularidade.....	81
• Coberta.....	83
• Materiais de revestimento.....	85
PLANTAS, CORTES E FACHADAS.....	86
• Edifícios de abrigo e administrativo.....	86
• Edifícios de comércio.....	92
• Edifícios de apartamento.....	94
CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS.....	103

INTRODUÇÃO

Desde 2017 a Venezuela encontra-se em meio a uma crise política. Segundo dados do ACNUR, essa crise fez com que 7,1 milhões de venezuelanos deixassem seu país, dos quais, 438 mil estão no Brasil, principalmente no estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela. Porém, o número de venezuelanos continua crescendo, segundo dados da Polícia Federal, cerca de 800 venezuelanos cruzam a fronteira do Brasil todos os dias. Vale salientar que, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a situação de parte dos refugiados venezuelanos é de caráter atípico, por serem migrantes indígenas necessitam de acolhimento especial.

Em 2018, haviam 75 mil venezuelanos em apenas duas cidades de Roraima, Boa Vista e Pacaraíma. Em Pacaraíma o número de refugiados já equivale a 10% da população local, com acréscimo repentino de residentes os serviços públicos locais estão sobrecarregados, além do nível crescente de pessoas em situação de rua. Esse cenário também se repete em Boa Vista fazendo com que a prefeitura da cidade doasse um terreno de 40 mil m² para construção de abrigos para 12 mil refugiados em situação de vulnerabilidade.

Toda essa demanda fez com que a Unicef abrisse um escritório em Boa Vista para auxiliar na acolhida das crianças venezuelanas seguindo plano de ação que tenta suprir as necessidades atuais elencando diretrizes em saneamento, higiene, proteção, educação, nutrição e saúde.

Além da Unicef, o Ministério do Desenvolvimento Regional também relatou os problemas dessa migração venezuelana publicando um relatório que descreve os principais impactos desses novos residentes para as cidades que os abrigam, os principais impactos descritos no relatório são na saúde, segurança, trabalho, educação, moradia, mobilidade, comércio, energia e a situação dos migrantes indígenas.

De acordo com o relatório Refugee and Migrants Needs Analysis (RMNA), 94% dos venezuelanos que chegaram ao país pretendem permanecer no Brasil, mas essa população ainda enfrenta sérias barreiras para exercer seus direitos básicos e acessar os serviços públicos o que afeta sua capacidade de se integrar plenamente à sociedade brasileira. Algumas das principais necessidades identificadas são educação, saúde, segurança alimentar, proteção, integração e abrigo.

Resumindo todos os relatórios e estudos sobre essa população, pode-se concluir que existem algumas questões que precisam ser abordadas para garantir a qualidade de vida desse grupo. Os pontos principais são educação, distribuição de alimentos, saúde, integração social, proteção, abrigo e saneamento. Além disso, tendo como base dados de crises migratórias passadas, a crise migratória venezuelana está longe de terminar. Sendo assim, o número de migrantes venezuelanos em situações de risco deve aumentar progressivamente, fazendo-se necessário propor uma estrutura para atender essa nova demanda evitando problemas comuns a outros campos de refugiados, como a marginalização dessa comunidade e a pressão sobre a infraestrutura local.

OBJETIVOS

- **Objetivo geral**

Propor um estudo preliminar para um campo de refugiados, localizado na cidade de Boa Vista - RR, para atender os refugiados venezuelanos, buscando a qualificação dos espaços de acolhimento e integração físico - espacial com a cidade.

- **Objetivos específicos**

1. Propor um traçado e malha viária integrados à cidade.
2. Fomento a centralidades.
3. Distribuição de usos e funções mais flexíveis.
4. Modularidade através do reuso de contêiner.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em capítulos: o primeiro, corresponde explicação do que é um refugiado e fala um pouco da realidade de um campo de refugiados; o segundo, mostra a situação do Brasil diante a crise de refugiados venezuelanos e apresenta a área de estudos escolhida para elaboração do projeto; o terceiro e o quarto, mostram o projeto do campo de refugiados e da estrutura escolhida para os abrigos, respectivamente. Por fim, são citados os quantitativos de abrigos comparando o atual com o proposto.

No capítulo 1, faz-se uma contextualização histórica do conceito refugiado, explica-se a diferença entre refugiado, asilado e migrante e mostra quem são os atuais refugiados. Além de mostrar a verdadeira realidade de um campo de

refugiados e traz exemplos de campos de refugiados e de alternativas de abrigos que estão sendo usados pela ACNUR.

O capítulo 2 fala um pouco sobre o Brasil, explanando os dados correspondentes a crise migratória venezuelana no Brasil, o que consta na legislação brasileira e apresenta o recorte de estudo junto com uma caracterização dessa área.

Nos capítulos 3 e 4 está a descrição do projeto. Primeiro consta o projeto do campo de refugiados, como se deu a concepção projetual, como os abrigos foram inseridos nesse projeto e como é o contato com a cidade. Depois, no capítulo 4, há o projeto do abrigo explicando a estrutura escolhida, os materiais usados, os detalhes arquitetônicos, além das plantas baixas, cortes e fachadas

CAPÍTULO 1

REFUGIADOS E CAMPO DE REFUGIADOS

CONTEXTO HISTÓRICO

Refugiar significa dar abrigo ou asilar. A palavra asilo vem da palavra grega *asylon*, que significava proteção para pessoas que, por diversos motivos, buscam refúgio em local ou cidade diferente daquela onde foram perseguidas. Assim, eles não corriam o risco de remoção repentina ou violenta neste novo local, pois gozavam de proteção. Vale ressaltar que desde a antiguidade clássica até o nascimento do conceito de refúgio, na década de 1920, a palavra asilo foi utilizada para designar situações que hoje são tecnicamente reconhecidas como refúgio. Atualmente, porém, asilo e refúgio são institutos jurídicos distintos, com características e objetivos próprios, sendo aplicados em circunstâncias diversas, mas sempre com o mesmo objetivo, que é a proteção da pessoa perseguida.

Um dos primeiros relatos de asilo vem de cerca de 3100 a.C. no antigo Egito e com o primeiro faraó de sua história, Ménes. O antigo Egito foi organizado do ponto de vista político e jurídico com base em uma forte monarquia centrada no faraó. Politeístas, os egípcios construíram vários templos para seus deuses onde podiam adorá-los e oferecer-lhes sacrifícios. Alguns desses templos foram projetados para proteger e abrigar pessoas de outras nações que buscam refúgio.

Já na Grécia antiga, o direito de asilo era amplamente utilizado e concedido pelos governos das cidades-estados. Significava o conceito de proteção e refúgio, o direito das pessoas perseguidas, cujas vidas estavam em perigo por causa dessa perseguição. Os locais reservados para a proteção de indivíduos eram geralmente templos religiosos, bosques sagrados, estátuas de divindades e casas de governantes da cidade ou políticos importantes. Esse direito de asilo e seu uso eram muito favorecidos na Grécia antiga, pois para os gregos a hospitalidade aos estrangeiros e peregrinos representava alta humanidade e cultura, em contraste com a barbárie de outros povos, que rejeitavam tais práticas.

A coroação de Otaviano como o primeiro imperador de Roma em 27 a.C. coincidiu com os romanos assumindo o controle total da Grécia após a Batalha de Actium e, a partir de então, a região tornou-se uma das províncias de Roma. Nesse contexto, a concessão do asilo, até então prática notável, de cunho religioso e de origem grega, passou a adquirir caráter jurídico por influência direta do direito romano. A lei de asilo foi assim formulada como uma instituição legal própria, que visava proteger apenas as pessoas que eram perseguidas por indivíduos e

autoridades. Portanto, recusando a proteção de indivíduos que buscaram asilo por causa de seus crimes ou conduta contrária à lei romana.

Após a queda do Império Romano do Ocidente em 476, a Europa continental viveu um importante período de sua história conhecido como Idade Média até 1453. Este momento é caracterizado pela descentralização do poder político, a existência do feudalismo, a valorização da terra como maior valor, o domínio da Igreja Católica e seus dogmas e a relação de mestre e servo. Com a queda de Roma e ascensão da religião Católica Apostólica Romana como a religião oficial do estado, o declínio da lei romana começou. A sua estrutura sistemática, afirmativa e separada das intrusões transcendentais praticamente desapareceu na Idade Média, dando lugar a um direito prático, sobretudo oral, territorial, fortemente influenciado pela religiosidade cristã e, sobretudo, por um costume baseado na vassalagem feudal. Nesse contexto histórico, o direito de asilo, principalmente nos locais onde os perseguidos podem buscar proteção, estava relacionado a edificações católicas como igrejas, mosteiros, conventos, cemitérios, ou seja, lugares protegidos por Deus e, portanto, santos e protegidos da perseguição.

Com o declínio do poder da Igreja Católica no final do século XV, que acentuou as mudanças estruturais no cotidiano das relações econômicas, políticas e sociais europeias, que por sua vez foram embasadas pelos movimentos do Renascimento e da Reforma Protestante, uma nova era começou. Um novo grupo de crentes nasceu na Europa, principalmente devido ao movimento reformista representado por Martinho Lutero (1483-1546) e à nova compreensão do cristianismo por João Calvino (1509-1564). Os protestantes, embora fossem cristãos, não mais reconheciam e aderiam aos antigos dogmas e instruções da Igreja Católica Apostólica Romana. Por terem saído da igreja, começaram a ser perseguidos, tal como os mulçumanos e os judeus, o que aumentou muito o número de requerentes de asilo. Sob o amparo de uma nova visão de mundo, agora humanista e racional, baseando-se nas ideias filosóficas greco-romanas, muitos reinos europeus se abriram para recebê-los devido à perseguição religiosa.

As demandas do homem moderno não eram apenas liberdade de religião, mas também liberdade de expressão, pensamento e crença, resultado do movimento racionalista nascido naquela época. O reflexo de tais aspirações humanas também se fez sentir no campo jurídico, sobretudo em seu distanciamento da religião, fenômeno da secularização. Diante disso, especialmente no que se

refere ao direito asilar, a modernidade foi um tempo de grandes avanços tornou-se assim uma instituição legal secular, não mais totalmente associada e sujeita à jurisdição exclusiva da igreja.

No início do século XVIII, a lei de asilo já era uma instituição legal secular bem definida, amplamente reconhecida e aceita pelos Estados. No entanto, ainda não foi elevada à condição de norma constitucional. Após a Revolução Francesa, iniciada com a queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, em Paris, o direito ao asilo chegou à constituição pela primeira vez e de forma inédita em sua história. Visava, portanto, proteger as pessoas que não têm liberdade em seu próprio país. A França estava disposta a conceder asilo ou proteção em seu território a cidadãos de outras nacionalidades que necessitassem de proteção por serem perseguidos em sua pátria, por não garantirem seus direitos ou limitarem injustamente sua liberdade. Percebe-se também que o direito de asilo nesse contexto se fundamentava na existência dos três grandes direitos que os franceses proclamaram alguns anos antes, em 26 de agosto de 1789, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC). Este documento consagra o direito à segurança, proteção e dignidade humana. Juntos, eles formam a base legal do direito de asilo, o que permite e justifica sua ascensão ao nível constitucional.

O fim da primeira guerra mundial (1914-1918) mudou os fundamentos regionais da Europa e culminou na migração de grandes massas de pessoas. Estima-se que três milhões de pessoas foram deslocadas na Europa com o final dos impérios russo, austro-húngaro e otomano. Além disso, algumas minorias étnicas que se mudaram para os novos países que sucederam os antigos impérios (como Iugoslávia, Tchecoslováquia, Armênia, Áustria, Bulgária, Hungria, Polônia, Lituânia, Turquia e Grécia) não adquiriram a cidadania de seus novos países, e muitos se tornaram apátrida. Essas minorias tinham um status legal delicado porque seus países de origem as viam como uma ameaça à coesão cultural e nacional. Devido aos trágicos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial na Europa, a Sociedade das Nações (S.d.N.) foi implementada em 28 de junho de 1919, quando o conflito terminou com a assinatura do Tratado de Versalhes. O tratado fundador desta primeira grande organização internacional universal, que entrou em vigor em 10 de janeiro de 1920 e cujo propósito específico era garantir a paz e a segurança internacional, forma a primeira parte do Tratado de Versalhes e é denominado S.d.N, cujo seus objetivos é evitar que um conflito tão grande destrua o continente europeu

novamente. Na prática, a S.d.N. não apenas se deparou com um ambiente inseguro e relações diplomáticas fracas entre os países, mas também foi responsável por resolver uma crise humanitária em grande escala, já que milhares de pessoas foram deportadas, perseguidas, desabrigadas como resultado direto da guerra.

O início da segunda guerra mundial (1939-1945) reduziu a proteção oferecida pelos Estados aos refugiados, o que aumentou os pedidos de asilo de principalmente de judeus e obrigou os países acolhedores a impor restrições à sua entrada. Em 1938, a Noruega propôs a criação de um órgão de proteção a refugiados: o Alto Comissariado para Refugiados da Liga das Nações (ACLNR). Fatores como a perseguição a comunistas, sindicalistas, social-democratas, judeus, ciganos e eslavos ajudaram a formar o conceito de refugiado definido coletivamente, ou seja, como parte de um grupo étnico ou nacional. Um conceito baseado na origem ou pertencimento a um determinado grupo étnico, racial ou religioso assumiu uma perspectiva coletivista. Junto com o ACLNR estava o Comitê Intergovernamental sobre Refugiados (CIR), fortemente inspirado nos Estados Unidos. No entanto, o trabalho de ambos para a proteção dos refugiados não pôde continuar, porque em 1939 estourou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

De agosto a outubro de 1944, ocorreu nos Estados Unidos uma conferência para criação de uma nova organização internacional universal focada em manter a paz e a segurança internacionais. Como resultado das propostas de Roosevelt, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi antes de mais nada institucionalizada no sentido de que foi criado o Conselho de Segurança, que seria responsável pela manutenção da paz. No entanto, as questões humanitárias e os problemas dos refugiados e requerentes de asilo pioraram com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, então a ONU rapidamente começou a trabalhar na preparação de uma nova agência de proteção para refugiados.

Ao final da segunda guerra mundial, a Europa recebeu um grande número de refugiados que deixaram seus países por causa de perseguições políticas ou religiosas. Foi o que aconteceu com os judeus expulsos dos territórios alemães. Na época, havia aproximadamente 11 milhões de pessoas deslocadas na Europa, a maioria delas de países do Leste Europeu controlados pela União Soviética comunista. Campos de acolhimento foram organizados na Alemanha, Áustria, Itália e Grécia para receber refugiados. Em 1946, a Assembleia Geral da ONU votou pela

fundação da Organização Internacional para Refugiados (OIR), e até 1951 este órgão foi o principal responsável pelo reassentamento de refugiados.

O OIR prestou assistência aos refugiados europeus e foi o primeiro órgão internacional a lidar com o problema dos refugiados como um todo. Mas suas ações não resolveram o problema. Preocupados com a estabilidade da Europa, os países europeus buscam uma solução humanitária para cerca de 40 milhões de pessoas deslocadas, incluindo aquelas que vieram para a Europa como resultado de regimes totalitários estabelecidos na primeira metade do século XX. Em 1948, as Nações Unidas redigiram a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que afirmava os direitos humanos e regras comuns de conduta para os Estados. O órgão reconheceu o direito dos indivíduos de solicitar asilo, mas não o dever dos Estados de concedê-lo, pois a concessão de asilo é um ato soberano do Estado, que é responsável pelo controle do território e das fronteiras. Portanto, é essencialmente uma decisão política. É por isso que o texto da DUDH não prevê o direito de refúgio, mas o faz quanto ao direito de asilo.

“1. Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.” Artigo 14 da Declaração Universal de Direitos Humanos.

Em 1951, após a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, foi publicado um dos documentos basilares no qual a comunidade internacional entende o assunto. Foi neste documento que se confirmou internacionalmente o conceito de refugiado, se estabeleceu o direito de asilo e se definiram as obrigações de cada país em relação aos refugiados no seu território. No entanto, este documento estabeleceu condições para os refugiados apenas antes de 1º de janeiro de 1951. A persistência do problema no plano internacional, principalmente devido ao surgimento de novos conflitos, fez com que as definições do estatuto de 1951 fossem confirmadas e atualizadas por meio de um novo documento que confirmou e atualizou as definições do estatuto de 1951, aplicava-se àqueles que obtivessem asilo após 1º de janeiro de 1951. Esse documento, publicado em 1967, ficou conhecido como Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados.

Com o fim das disputas ideológicas entre os grupos comunistas e capitalistas que formaram a Guerra Fria, o movimento migratório internacional enfrentou, além do fortalecimento da xenofobia, medidas ainda mais restritivas, principalmente nos países de destino. Na década de 1960, os eventos ocorridos depois de 1951 criaram principalmente refugiados africanos que não eram protegidos pelo estatuto. A Assembleia Geral da ONU revisou o estatuto do refugiado em 1967, quando foi assinado um novo protocolo que aboliu as restrições geográficas e temporais e o critério de reconhecimento do refugiado como pessoa perseguida por acontecimentos passados.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi o órgão consolidado na solução do problema dos refugiados em nível internacional. Este órgão filiado à ONU trabalha em parceria com a comunidade internacional para monitorar e agir para garantir a segurança dos refugiados. No entanto, o ACNUR não tem jurisdição para violar a soberania de qualquer país. Deve fazê-lo para encontrar uma solução permanente para o problema e cooperar com governos ou agências privadas "para a repatriação voluntária de tais refugiados ou sua assimilação em novas comunidades nacionais". Assim, tem duas tarefas importantes: a de proteção aos refugiados e a de busca de uma perene solução à situação de refúgio na qual estes se encontram. É exatamente esse órgão que traz uma definição básica do que são os refugiados:

“são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.”

Com esta definição, concluímos que refugiados são pessoas que fogem de seu país porque não se sentem seguros devido a conflitos ou perseguições de grupos internos ou do próprio Estado. O entendimento para definir se uma pessoa é refugiada ou não parte de uma justificativa, que é definida como “fundado temor”. Embora esse termo seja polêmico, pois o que pode ser assustador para um pode não ser assustador para outro, o ACNUR o utiliza como parâmetro para justificar o que levou determinada pessoa a fugir de seu país de origem. Assim que uma pessoa foge do seu país por fundado temor, pode requerer asilo no país onde se

refugiou. Um pedido de asilo obriga o país que acolhe a tratar a pessoa de acordo com o direito internacional. A própria DUDH afirma que toda pessoa tem direito a asilo em outros países.

Nas décadas de 1970 e 1980, alguns países latino-americanos, como El Salvador, Nicarágua, Guatemala e Chile, foram atormentados por conflitos políticos internos resultantes do surgimento de ditaduras que violavam os direitos humanos. Mais de 2 milhões de refugiados chegaram naquela época apenas de países da América Central. Nesse contexto, foi elaborada em 1984 a Declaração de Cartagena, um instrumento regional de proteção aos refugiados com foco no retorno forçado. O objetivo da declaração era mudar a definição de refugiado no Congresso de 1951, porque não incluía a proteção dos deslocados por conflitos armados.

Em dezembro de 1990, o ACNUR adotou uma política preventiva para as “causas originárias dos fluxos de refugiados com o objetivo de evitar novos fluxos e facilitar a solução dos problemas existentes.” Esta política centrou-se nos países de origem e no estabelecimento de mecanismos para prevenir violações dos direitos das populações locais e evitar que se tornem refugiados. Por um lado, a lei defendia a prevenção, para que as pessoas não pudessem fugir do seu país, por outro, mantinha-se a importância do instituto do refúgio e da cooperação internacional. A nova resolução introduziu obstáculos à saída de refugiados de países de origem.

A cooperação internacional passou a ser praticada nos países de origem por meio de intervenções humanitárias, o que dificultou que vítimas de conflitos e perseguidos em seus próprios países buscassem asilo em outro país. A estratégia preventiva teve um impacto negativo na situação dos refugiados, pois a inclusão desses grupos nos países de origem impediu a comunidade internacional de conceder asilo a novos fluxos de refugiados de forma a garantir a estabilidade regional dos países.

No final do século XX, conflitos internos como as guerras no Afeganistão, Irã-Iraque e Vietnã ficaram fora do âmbito do direito internacional devido à soberania nacional desses países. Em 1988, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, temendo o aumento do número de deslocados internos, adotou os Princípios Básicos sobre Deslocados Internos, que visavam fortalecer a proteção desses refugiados e desenvolver estratégias para reconstruir comunidades destruídas por conflitos.

REFUGIADO X ASILADO X MIGRANTE

Quando se fala em refugiados, é muito importante saber a diferença entre refugiado, requerente de asilo e migrante. Refugiados são aqueles que fogem de seu país por motivo de força maior, que o ACNUR define como temor fundado. Assim, as violações dos direitos humanos, incluindo conflitos, perseguições e limpeza étnica, são os medos legítimos que levam as pessoas a fugir de seus países.

O conceito de asilo, mais conhecido como asilo político, teve um significado e forma específicos na América Latina, embora internacionalmente a palavra asilo seja utilizada tanto em seu sentido geral quanto como sinônimo de refúgio. Assim, o asilo político é tipicamente uma construção jurídica latino-americana e regional vinculada às regras de extradição e crimes políticos. O asilo político é chamado de asilo territorial se o solicitante estiver fora de seu país de origem ou asilo diplomático que é quando um solicitante busca proteção contra coisas como embaixadas do governo, aviões e navios. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública:

“O conceito jurídico de asilo na América Latina é originário do Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideu, de 1889, que dedica um capítulo ao tema. Inúmeras outras convenções ocorreram no continente sobre o asilo, tal como a Convenção sobre Asilo assinada na VI Conferência Pan-americana de Havana, em 1928, dentre outras. O asilo diplomático, assim, é instituto característico da América Latina.”

Os migrantes, por outro lado, são aqueles que voluntariamente deixam seu país de origem e se mudam para outro país por motivos pessoais. Os fatores que explicam a migração são a procura de emprego e melhores condições financeiras de sobrevivência, estudo, casamento com companheiro estrangeiro. Um migrante pode retornar ao seu país de origem quando quiser, pois não há ameaça direta à sua vida.

O ACNUR também estabeleceu uma quarta categoria, que é a categoria dos deslocados internos, ou seja, pessoas que fugiram de suas casas pelos mesmos motivos que os refugiados, mas não deixaram seu país, apenas se mudaram para um território mais seguro em seu próprio país.

No Brasil, refugiados, requerentes de asilo e migrantes têm direito à educação, saúde e trabalho. No entanto, apenas refugiados e requerentes de asilo têm garantia de documento de viagem, proteção internacional contra deportação ou

extradição e flexibilidade na apresentação de documentos do país de origem para fins de integração local, como facilitar a validação de diplomas.

O ACNUR encoraja as pessoas a distinguir entre "refugiados" e "migrantes", a manter a clareza sobre as razões e a natureza dos movimentos e a enfatizar a responsabilidade perante os refugiados. Tratar essas duas definições como sinônimos desvia a atenção da aplicação da lei e das necessidades especiais dos refugiados.

QUEM SÃO OS ATUAIS REFUGIADOS?

De acordo com dados do UNHCR Global Trends 2021, pelo menos 89,3 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a fugir de suas casas devido a perseguições, conflitos, violência, violações dos direitos humanos ou eventos que perturbam gravemente a ordem pública. Destes, 27,1 milhões têm status de refugiado, quase metade dos quais têm menos de 18 anos. 53,2 milhões são deslocados internos que, embora forçados a deixar suas casas por motivos semelhantes aos refugiados, permanecem legalmente sob a proteção de seu país. Além disso, existem milhões de apátridas, pessoas às quais é negada a cidadania e que não têm acesso a direitos básicos como educação, saúde, trabalho e livre circulação.

Atualmente, existem 34 comunidades ativas em busca de refúgio, mas quase 70% dos refugiados vêm de apenas cinco países. O primeiro é a Síria com 6,8 milhões de refugiados, seguida pela Venezuela com 4,6 milhões, Afeganistão com 2,7 milhões, Sudão do Sul com 2,4 milhões e Mianmar com 1,2 milhão de refugiados, ocupando o quinto lugar no número de refugiados.

Vale ressaltar que 72% dos refugiados vivem em países vizinhos de seu país de origem, mas muitos buscam refúgio em países diferentes, portanto os refugiados estão divididos em 172 países de acolhimento, sendo os mais importantes Turquia, Colômbia, Uganda, Paquistão e Alemanha.

SITUAÇÃO DA VENEZUELA

As pessoas continuam deixando a Venezuela para escapar da violência, insegurança e ameaças, bem como da falta de alimentos, remédios e serviços essenciais. Com mais de 7 milhões de venezuelanos vivendo no exterior, a maioria

deles em países da América Latina e do Caribe, esta se tornou uma das maiores crises de refugiados do mundo.

Dados de dezembro de 2022 mostram que o número de refugiados e migrantes venezuelanos ultrapassa 7.131.435 em todo o mundo, mas 5.986.946 optaram por ficar na América Latina. O número de venezuelanos em busca de asilo aumentou 8000% em todo o mundo desde 2014, principalmente nas Américas. Muitos venezuelanos que atendem aos critérios de refúgio não se registram nos procedimentos de refúgio, optando por outras formas de residência legal que são mais fáceis e rápidas de obter e permitem acesso ao mercado de trabalho, educação e serviços sociais. No entanto, centenas de milhares de venezuelanos permanecem sem documentos ou permissão para permanecer regularmente nos países vizinhos e, portanto, têm seus direitos básicos negados. Isso os torna particularmente vulneráveis à exploração de trabalho e sexual, tráfico de seres humanos, violência, discriminação e xenofobia.

A maioria dos refugiados e migrantes venezuelanos que chegam aos países vizinhos são famílias com crianças, idosos e deficientes. Frequentemente percorrem rotas irregulares em busca de segurança e são vítimas de contrabandistas, traficantes e grupos armados ilegais. À medida que mais e mais famílias chegam com cada vez menos recursos, elas precisam de documentação imediata, proteção, abrigo, alimentação e assistência médica.

Países anfitriões e comunidades na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru e Caribe receberam generosamente os venezuelanos, mas estão cada vez mais sobrecarregados e alguns estão chegando ao ponto de saturação.

REALIDADE DE UM CAMPO DE REFUGIADO

Tradicionalmente, os campos de refugiados são organizados em fileiras de tendas ou cabanas paralelas. Outros acampamentos temporários tendem a assumir formas mais orgânicas, como os assentamentos informais que surgem nas periferias de nossas grandes cidades. Em ambos os casos, esses espaços habitacionais e sociais são organizados de forma alheia à cultura e estilo de vida das pessoas que ali vivem.

A vida útil média de um abrigo varia de sete a dezessete anos, os relatos variam, podendo durar muito mais. Eles são criadouros de doenças e crimes

violentos e, à medida que os campos crescem e os anos passam, os relatos de violência contra as mulheres aumentam desproporcionalmente. Quando falamos de crises humanitárias causadas por crises políticas e conflitos armados, não estamos falando de um fenômeno passageiro, e estes são o caso da maioria dos refugiados. Segundo o ACNUR do Quênia, a maioria das pessoas que precisam deixar o país passa mais de 16 anos em estruturas temporárias.

De acordo com as regras e normas definidas pelas ONU, é considerada uma emergência temporária, “o alojamento de refugiados tem um propósito: proteger temporariamente pessoas e comunidades em situações de crise”. Embora as estruturas temporárias, como os acampamentos e abrigos, sejam muito necessárias e funcionais, nem sempre são temporárias. Isso ocorre porque, para muitas pessoas que são forçadas a sair de sua realidade, o acampamento é a primeira e única residência que conhecem. Como os abrigos temporários para refugiados são considerados conscientemente essa situação temporária e focam apenas na sobrevivência e na construção de infraestrutura básica, esses abrigos não oferecem um ambiente que atenda às reais necessidades dessas comunidades.

Infelizmente, as superfícies planejadas para serem temporárias são semipermanentes. A partir desse primeiro momento, surgiram uma série de dificuldades, agravadas, por exemplo, pelas duras condições climáticas e pela falta de água e higiene básica. Aos poucos, esses abrigos se transformam em favelas e acabam sendo esquecidos ou completamente abandonados. Estes campos são densamente povoados e insalubres, muito devido ao encarceramento que lhes é imposto, e infelizmente não apresentam condições mínimas de saúde e segurança.

A pressão sobre essas comunidades e a infraestrutura do país anfitrião só aumentará. Estruturas temporárias tornam-se um grande incômodo quando as pessoas que vivem nelas as tornam permanentes. Devido à sua natureza política, essas comunidades são sufocadas por regras rígidas que impedem que seus moradores se sustentem, levando à marginalização e, portanto, à violência. Muitos países fecham suas portas e se recusam a aceitar refugiados ou migrantes, temendo as consequências de não tratar essas comunidades de maneira saudável.

Acontece que a transitoriedade das estruturas temporárias cria mais problemas do que soluções. Cabanas e tendas, galpões e áreas isoladas não são estruturas sustentáveis a longo prazo, causando deterioração permanente da condição humana. De acordo com o ACNUR, as arquiteturas de acolhimento são

recomendadas para abrigar pessoas e comunidades em crise por uma média de 3 a 12 meses. A realidade revela situações dramáticas em que a vulnerabilidade é agravada por longas permanências em campos isolados, onde o impasse causado por guerras e conflitos étnicos e religiosos continua décadas depois, e as famílias refugiadas não têm para onde ir.

Emprestando da geografia e da antropologia, Augé (1994) cunhou o termo "não-lugares" como espaços que carecem de uma identidade, relação ou história. Contudo, se do lado do lugar há o sentido, há também a não-liberdade, a coação. Do mesmo modo, do lado do não-lugar, há uma liberdade individual que pode chegar ao absurdo e à perda de identidade. O lugar oferece a todos um espaço para aderir à sua identidade, onde podem conhecer outras pessoas com quem compartilham referências sociais. Os não-lugares, ao contrário, não são lugares de encontro e não criam referências comuns a um grupo.

Segundo a definição de Marc Augé, "não-lugar é um espaço intercambiável onde as pessoas permanecem anônimas e não são importantes o suficiente para serem lugares". Estes incluem, por exemplo, meios de transporte, cadeias, hotéis, supermercados, bem como campos de refugiados. Uma pessoa não vive ou é proprietária dos espaços com os quais prefere ter uma relação de consumo. Assim, um não-lugar é um lugar onde uma pessoa permanece anônima e sozinha.

EXEMPLOS CAMPOS DE REFUGIADOS

- Dadaad, Quênia

Dadaad, no Quênia, foi criada em 1991 para atender refugiados da guerra civil da Somália e foi originalmente criada com três campos que abrigavam até 90.000 pessoas. Com a continuação do conflito, surgiram famílias e, após quase 30 anos de existência, tornou-se o maior acampamento do mundo, onde vivem aproximadamente 500.000 pessoas, a maioria somalis.

Considerada a terceira maior cidade de todo o Quênia depois de Nairóbi e Mombaça, Dadaab cresceu de forma integrada, principalmente devido às políticas introduzidas pelo governo queniano para evitar que os refugiados se estabeleçam fora das áreas pré-definidas. Tornou-se uma cidade autônoma quando as forças da ONU partiram em 2011. Atualmente, a administração e organização da cidade está nas mãos dos refugiados. Dadaab pode ser considerado um excelente exemplo de autocontrole. A comunidade é representada legalmente por voluntários ou líderes

eleitos democraticamente por todos os moradores, que são responsáveis por coordenar todas as atividades nos acampamentos, desde as políticas básicas de higiene até a segurança.

Atualmente, o complexo de Dadaab é o maior campo de refugiados do mundo, uma cidade autônoma onde os refugiados administram seus próprios negócios e organizam a prestação de serviços básicos a toda a comunidade. Em simbiose com a terra que os recebeu, Dadaab é uma comunidade que contribui imensamente para a governação local e beneficia da sua autonomia e autonomia.



Figura 1: Campo de refugiados de Dadaab, Quênia

Fonte: ACNUR



Figura 2: Campo de refugiados de Dadaab, Quênia

Fonte: Archdaily

- Kalobeyei, Quênia

O assentamento de Kalobeyei no norte do Quênia foi estabelecido em 2015 como resultado da guerra civil que eclodiu no Sudão do Sul em 2013. O campo de refugiados de Kalobeyei faz parte do projeto de expansão do já estabelecido assentamento de refugiados de Kakuma. Em 2015, mais de 180.000 pessoas foram registradas em Kakuma, embora a comunidade tenha sido originalmente planejada para ter uma população de até 70.000. Nesse contexto, a ajuda humanitária chegou das mais diversas formas.

O Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Integrado Kalobeyei ou KISEDIP é um projeto de médio a longo prazo apoiado por uma abordagem que visa promover a autossuficiência da comunidade e fornecer melhores oportunidades de subsistência e prestação de serviços. O plano global visa minimizar a dependência da ajuda humanitária e promover soluções sustentáveis. O plano abrangente visa transformar o assentamento em uma estrutura permanente, uma vez que se tornará uma cidade. A abordagem do desenvolvimento econômico facilita a cooperação entre a comunidade local e entidades públicas, empresas e organizações não governamentais, criando melhores condições para o crescimento econômico, geração de empregos e, finalmente, inclusão social e qualidade de vida.



Figura 3: Projeto urbano Kalobeyei.
Fonte: ACNUR



Figura 4: Campo de refugiados Kalobeyei
Fonte: ACNUR Quênia

- Zaatari, Jordânia

Considerado um dos maiores campos de refugiados do mundo, Zaatari, na Jordânia, é um grande exemplo de como as pessoas podem deixar sua marca ao abraçar o espaço em que vivem. Michael Kimmelman observa em um artigo do New York Times que:

“Zaatari está se transformando em uma cidade informal a um ritmo difícil de acompanhar com os olhos: uma metrópole instantânea e auto-construída que já conta com mais de 85.000 habitantes. Uma lógica que repete aquilo que já conhecemos: bairros, gentrificação, e uma economia em crescimento que, guardadas as devidas proporções, está se estabelecendo como uma cidade formal de fato, ainda que a maioria dos refugiados ainda mantém a esperança de um dia poder voltar para casa.”

Hospedando principalmente famílias sírias e iraquianas, Zaatari é um exemplo de desenvolvimento orgânico imparável. Na verdade, tudo aqui parece acontecer naturalmente, impulsionado pelo surgimento das necessidades mais urgentes, pela busca espontânea da condição mínima de sobrevivência. Embora grande parte do assentamento siga uma estrutura ortogonal, o crescimento espontâneo se espalha em todas as direções e formas possíveis. Zaatari surge como um ecossistema complexo que se assemelha mais a uma cidade do que a um assentamento temporário, uma área dinâmica de casas de tijolo e pedra, articuladas em torno do espaço público e privado, onde começam a surgir negócios e lojas.

“Nas partes mais antigas de Zaatari, as ruas já estão até asfaltadas, algumas contam com postes de iluminação, casas mais elaboradas feitas de blocos de concreto e contêineres velhos coexistem com tendas e abrigos temporários, algumas contam com pátios internos, banheiros privativos e até sistemas de esgoto” explica Kimmelman.



Figura 5: Campo de refugiados em Zaatari, Jordânia

Fonte: Archdaily



Figura 6: Abrigos de Zaatari, Jordânia

Fonte: Archdaily

- Azraq, Jordânia

Para evitar o que aconteceu em Zaatari, outros assentamentos menos precários foram organizados em outras partes da Jordânia, alguns dos quais equipados com todo tipo de infraestrutura pública. Por exemplo, temos o campo de Azraq, que, apesar de estar no meio do nada, foi construído para abrigar até 130.000 refugiados da Síria. O projeto da cidade é descentralizado e dividido em quatro distritos. Cada distrito tem um hospital administrado pela Cruz Vermelha, um supermercado que aceita cupons do World Food Programme, uma clínica médica, playgrounds para crianças, serviços sociais e duas escolas para 10.000 alunos. Cada abrigo tem 24 m² e pode acomodar 5 moradores, o banheiro é compartilhado entre 6 abrigos, onde pode morar uma família numerosa ou amigos próximos.



Figura 7: Campo de Refugiados de Azraq, Jordânia

Fonte: Archdaily

EXEMPLOS DE ABRIGOS

As famosas tendas da ACNUR foram por muitos anos o único tipo de abrigo fornecido aos refugiados. Com um tempo de vida útil de 3 a 6 meses e sem nenhuma preocupação com o conforto de quem os habita, essas tendas passaram a ser um problema uma vez que o número de pessoas refugiadas vem aumentando gradativamente e se espalhando para todas as partes do globo.



Figura 8: Tenda ACNUR

Fonte: ACNUR



Figura 9: Tenda ACNUR

Fonte: ACNUR

Sendo assim, nos últimos anos o ACNUR vem buscando alternativas para amenizar o desconforto causado por esses abrigos. Como em 2012, no Paquistão, que na tentativa de driblar o calor escaldante da região o ACNUR construiu coberturas especiais sobre as barracas no campo de Jalojai, perto de Peshawar. Elas garantiam sombra e temperaturas mais baixas em áreas descampadas da região, onde os termômetros marcam, em média, 45°C. O abrigo térmico consistia numa armação de bambu instalada em torno da tenda familiar. O telhado era feito com folhas plásticas e uma rede envolvia toda a estrutura para permitir a circulação de ar, servindo também como tela de proteção.



Figura 10: Tenda com cobertura especial no Paquistão

Fonte: ACNUR

Outra alternativa utilizada pelo ACNUR foi em 2016 na Grécia. O ACNUR, com financiamento da União Europeia, por causa das temperaturas negativas de um acampamento que se localizava em uma encosta a 500 metros acima do nível do mar, organizou 19.500 lugares em apartamentos, hotéis e casas de família em toda a Grécia para solicitantes de refúgio vulneráveis.

Atualmente as tendas são o primeiro abrigo de um refugiado ao chegar em um acampamento de acolhida, porém elas são de caráter emergencial. Com um número crescente de campos de refugiados, algumas empresas e arquitetos passaram a projetar novas alternativas de abrigos junto com o ACNUR.

- Better shelter - IKEA

A empresa europeia de móveis IKEA colaborou com o ACNUR para projetar um novo tipo de abrigo para refugiados. Embora o projeto inicialmente custe o dobro, ele tem uma durabilidade consideravelmente maior do que as outras barracas atualmente em uso, que precisam ser substituídas a cada seis meses, e se mostra uma solução mais econômica. Também oferece melhor ventilação, iluminação noturna e um pouco mais de privacidade para os moradores. É uma estrutura modular pré-fabricada que pode ser montada em 4 horas. Feito de uma estrutura de aço leve à qual os painéis de polímero podem ser fixados para formar paredes verticais e um telhado inclinado. Atualmente é um dos modelos mais usados, perdendo apenas para as tendas.



Figura 11: Better Shelter

Fonte: Archdaily



Figura 12: Better Shelter

Fonte: IKEA

- Shigeru Ban

Shigeru Ban, ganhador do Prêmio Pritzker de 2014, é conhecido por seu uso inovador de materiais. Por pouco mais de três décadas, Ban aplicou seu amplo conhecimento de materiais recicláveis, especialmente papel e papelão, para construir abrigos acessíveis e de alta qualidade para vítimas de desastres em todo o mundo. Em 2017, Shigeru Ban assinou um acordo com a UN-Habitat, a agência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, para planejar 20.000 novas casas para refugiados no assentamento de Kalobeyei, no Quênia. Um arquiteto focado em projetar um abrigo sustentável que quase não requer supervisão técnica, usando apenas materiais locais e de fácil manutenção, desenvolveu uma série de workshops com líderes comunitários para lançar o projeto.

Paper Log, 1995, Japão

A fundação consiste em caixas de cerveja doadas cheias de sacos de areia. As paredes são feitas de tubos de papel com espessura de 4 mm e diâmetro de 106 mm, e a solução para a cobertura foi o material usado em barracas. O espaço de 1,8 metros entre as casas é utilizado como espaço comum. Para isolamento, uma fita de esponja à prova d'água é colocada entre os tubos de papel de parede. O custo de material de uma unidade de 52 m² foi inferior a US\$2.000. O equipamento é fácil de desmontar e os materiais podem ser facilmente descartados ou reciclados.



Figura 13: Paper Log, Japão

Fonte: Archdaily

Paper Log, 2001, Índia

O que torna a paper log indiana única é sua fundação e telhado. Em vez de engradados de cerveja, restos de prédios destruídos foram usados como base. Eles foram cobertos com um revestimento de argila tradicional. Para o telhado, bambus partidos foram usados nas camadas de nervuras e pedaços inteiros de bambu foram usados como toras de cumeeira. Para o telhado foi colocado, sobre a armação de bambu, um tapete feito de cana-de-açúcar local, seguido de uma cobertura de plástico transparente para proteger da chuva e outra camada de tapete de cana. A ventilação era feita pelas empenas, onde pequenos orifícios nos tapetes permitiam a circulação do ar. Essa ventilação também permitia cozinhar dentro de casa, o que tinha o benefício adicional de manter os mosquitos afastados.



Figura 14: Paper Log, Índia

Fonte: Archdaily

Casa Contêiner Temporária, 2011, Japão

Construída a partir de contêineres, esta comunidade foi criada para lidar com a escassez de moradias após o terremoto de 2011 em Onagawa, na província de Miyagi. Ao contrário das unidades de emergência convencionais que exigem muito terreno plano para construção, este projeto aumenta a densidade de construção empilhando contêineres de vários andares, o que também reduz o tempo de construção. Os apartamentos são dispostos em formato quadrado, o que cria espaço livre entre os containers e melhora sua eficiência climática. Dependendo da combinação de containers, existem três tipos de apartamentos: para uma ou duas pessoas (19,8 m²), para três a quatro pessoas (29,7 m²) e para mais de quatro pessoas (39,6 m²). A disposição das moradias em três pavimentos liberou espaço no centro do terreno para serviços públicos como mercado, oficina e edifício universal. Essas estruturas também são construídas usando contêineres combinados com telhados têxteis, madeira e tubos de papel.



Figura 15: Vistas externa casa container temporária

Fonte: Archdaily

CAPÍTULO 2

SITUAÇÃO BRASILEIRA

LEGISLAÇÃO BRASIL

O Brasil se destaca na América do Sul por ser pioneiro na regulamentação da proteção aos refugiados: adotando a Convenção de 1951 em 1960; aderiu ao Protocolo de 1967 em 1972 e foi o primeiro país a elaborar uma lei específica sobre refugiados, Lei Federal nº 9.474/97, em 1997, que define os mecanismos de implementação, no Brasil, do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), ligado ao Ministério da Justiça. Embora não tenha assinado a Declaração de Cartagena de 1984, ele começou a implementar a definição mais ampla de refugiado definida na reunião.

No Brasil, o artigo 4º, inciso II, da Constituição Federal de 1988 declara que a proteção e promoção dos direitos humanos é um dos princípios fundamentais das relações internacionais do país. Portanto, esta condição é a base para a proteção do direito de asilo, ou seja, inclui tanto o direito do asilo político como no sentido do refúgio.

PROBLEMÁTICA BRASIL

O Brasil sempre desempenhou um papel de destaque na proteção internacional dos refugiados. Foi o primeiro país da região do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, em 1960. Foi também um dos primeiros países a integrar o Comitê Executivo do ACNUR, responsável pela aprovação dos programas da agência e orçamento.

O ACNUR está sediado no Brasil com unidades em São Paulo, Manaus e Boa Vista. Atua em parceria com o CONARE e em colaboração com os governos federal, estaduais e municipais, além de outros órgãos governamentais. A atuação do ACNUR no Brasil é pautada pelos mesmos princípios e atuação de qualquer outro país: "proteger os refugiados e promover soluções duradouras para seus problemas". O refugiado que está sob a proteção do governo brasileiro pode obter documentos, trabalhar, estudar e usufruir dos mesmos direitos de qualquer estrangeiro legalizado no país. O Brasil é reconhecido internacionalmente como um país convidativo. Mas os refugiados daqui também têm dificuldade de se integrar à sociedade brasileira.

Com a crise na Venezuela, o ACNUR está apoiando os esforços dos governos em Aruba, Brasil, Colômbia, Curaçao, Equador, Guiana, Peru e Trinidad e Tobago. Na região, o ACNUR complementa os esforços do governo para fornecer

proteção emergencial aos venezuelanos que chegam a países fronteiriços e grandes cidades.

O Brasil oferece planejamento de locais, tendas, produtos de apoio, bebedouros, cadastro biométrico, mobilização comunitária, divulgação e gestão de informações. No Brasil, a crise dos refugiados venezuelanos está sendo administrada pelo ACNUR em colaboração com o governo federal. Atualmente, 11 ministérios, prefeituras, forças armadas, polícia federal e SUS estão envolvidos no recebimento desses migrantes, além do ACNUR, Unicef e OIM. O Conare e o ACNUR desenvolveram um painel interativo sobre decisões de refúgio no Brasil. O projeto coletou e publicou dados sobre decisões entre 1985 a 2021. Com base no painel, pode-se afirmar que, ao final de 2021, havia 60.011 pessoas reconhecidas como refugiadas no país. Segundo dados publicados na 7ª edição do relatório Refúgio em Números, só em 2021 foram feitos 29.107 pedidos de refúgio e 3.086 pessoas de diferentes nacionalidades foram reconhecidas como refugiadas pelo Conare. A parcela de homens em pedidos de asilo é de 55,2% e a de mulheres é de 44,8%. Cerca de metade dos refugiados acolhidos no Brasil são crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos.

Entre 2011 e 2021, os refugiados mais reconhecidos no Brasil são os venezuelanos com 48.789 refugiados, seguidos pelos sírios com 3.682 e congoleses com 1.078 refugiados. Em 2021, o Conare analisou 70.933 pedidos de asilo, o maior número da última década. Cerca de 72,2% dessas solicitações enviadas ao Conare foram registradas na região Norte do Brasil. O estado do Acre teve o maior número de pedidos de asilo ao CONARE, seguido de Roraima. É importante destacar que aproximadamente 78,8% dos pedidos de asilo apresentados ao governo brasileiro em 2021 são originários da Venezuela.

Como Roraima é a porta de entrada para os venezuelanos e as principais cidades de acolhimento, a capital Boa Vista e a cidade fronteiriça Pacaraíma, os serviços públicos ficaram sobrecarregados com o aumento da demanda de usuários, o presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, deputado Dr. Cláudio Cirurgião (União) falou que “Boa parte dos atendimentos hospitalares, seja na maternidade, Hospital Geral ou Hospital da Criança, os leitos são ocupados por venezuelanos e a Operação Acolhida minimiza esse impacto porque parte dos atendimentos da Atenção Básica ocorre nas próprias unidades de acolhimento, mas o sistema acaba sendo sobrecarregado”. Por isso o governo federal implementou uma estratégia de

interiorização que se tornou um dos pilares da Operação Acolhida, que é uma força-tarefa humanitária implementada e coordenada pelo governo federal para prestar socorro aos migrantes e refugiados venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira de Roraima. O principal objetivo da estratégia interiorização é garantir a inclusão socioeconômica de quem saiu da Venezuela e encontrou no Brasil a oportunidade de recomeçar. Para tanto, a interiorização é implementada por meio da transferência voluntária de moradores do estado de Roraima ou da cidade de Manaus para outros municípios e capitais brasileiras, onde encontrarão melhores oportunidades de integração social, acesso ao mercado de trabalho e estabilização. Até o momento, 96.920 migrantes e refugiados foram interiorizados.

Os dados do Conare de janeiro de 2023 mostram que existem 53.307 refugiados venezuelanos no Brasil, e um total de 102.263 pedidos de refúgio de venezuelanos ainda estão sendo analisados. Em março de 2023, o SISMIGRA contabilizou 365.105 venezuelanos com autorização de residência no Brasil, totalizando 438.252 venezuelanos no Brasil, incluindo refugiados e migrantes. De acordo com a plataforma RAV 4, de todos esses migrantes e refugiados, 214.008 estão cadastrados no CadÚnico, 135.218 no Auxílio Brasil e 54.447 no Bolsa Família.

Enquanto todas as crianças no Brasil têm direito à educação primária pública, 18% das crianças venezuelanas não frequentam a escola. Nas famílias de Roraima e Amazonas, o percentual de crianças venezuelanas sem escola chega a 27%, e o percentual de crianças vivendo em campos de refugiados organizados pelo governo em colaboração com o ACNUR é de 63%. Quando se trata de saúde, 54% das famílias venezuelanas relataram precisar de cuidados médicos.

Com 37% das famílias venezuelanas ganhando menos do que o salário mínimo brasileiro, refugiados e migrantes lutam para atender às suas necessidades básicas, especialmente alimentação e aluguel. Metade das famílias venezuelanas experimenta algum grau de insegurança alimentar, com mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos sofrendo mais, deixando esses grupos expostos à desnutrição e doenças.

Em relação às necessidades de abrigo, 28% dos venezuelanos disseram não saber onde irão morar nos próximos meses, já que a insegurança habitacional é maior na região norte. Apesar da Operação Acolhida ter instalado nove abrigos temporários no estado de Roraima, cerca de 3.600 refugiados e migrantes ainda

estavam em situação de desabrigo ou em ocupações espontâneas, sem acesso a serviços de saneamento adequados, como água potável, produtos de higiene e limpeza. A prevalência de desabrigo aumenta o risco dos refugiados e migrantes contraírem doenças, sofrerem violência doméstica, abuso sexual, tráfico de pessoas.

Além disso, para refugiados e migrantes com necessidades especiais de proteção, a transição para viver em instalações após a Operação Acolhida foi particularmente difícil. Os grupos que têm mais dificuldade em encontrar oportunidades para se integrar e sair desses abrigos temporários são os indígenas venezuelanos, pessoas com deficiência e pessoas com graves necessidades de saúde. Dos 7.000 refugiados e migrantes que viviam nessas instalações em abril de 2022, 40% residiam lá há mais de seis meses. No entanto, para refugiados e migrantes indígenas, o tempo médio de permanência é de 7,5 meses. A capacidade dos refugiados e migrantes de assegurar habitação de longo prazo é fortemente afetada por suas fontes de renda.

As evidências também mostram que os refugiados e migrantes da Venezuela enfrentam obstáculos à integração social e à coexistência pacífica com suas comunidades de acolhimento. Mais de um em cada três venezuelanos relatou sofrer discriminação com base em sua nacionalidade.

Com isso, é notório que a crise migratória venezuelana fez com que milhares de refugiados fossem marginalizados, além de sobrecarregar as infraestruturas brasileiras. Sendo assim, torna-se difícil ignorar uma população que a maioria das pessoas desconhecem e que se encontra vulnerável.

LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

O projeto será feito em um terreno de 40 mil m², que o município de Boa Vista cedeu em 2018 para criação do Abrigo Rondon que é destinado a milhares de refugiados venezuelanos que estavam em abrigos emergenciais ou nas ruas da capital de Roraima. O terreno selecionado está localizado no bairro Treze de Setembro em Boa Vista, a 3 quilômetros do centro da cidade. Esse terreno pertence ao governo federal e está localizado no mesmo quarteirão da Polícia Federal de Roraima, próximo à BR-174 de Boa Vista à Manaus. De acordo com o ofício da Prefeitura, o terreno está localizado em “área plana, elevada, sem risco de alagamento e com infraestrutura de água potável, energia elétrica de baixa e alta tensão e sistema de drenagem”. O Abrigo Rondon foi criado no início de 2018 e vem

sendo ampliado sempre que possível. As expansões mais recentes ocorreram em julho e outubro de 2021, criando a Rondon 4 e a Rondon 5.



Figura 16: Localização do projeto

Fonte: Google Earth

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

- Visão geral

O abrigo rondon possui uma localização estratégica por causa das seguintes características:

1. O terreno é isolado da cidade por ser uma grande gleba, porém é circundado por vias de alto fluxo.



Figura 17: Imagem de satélite

Fonte: Google Earth

2. O terreno faz fronteira na parte inferior com um maciço arbóreo que está localizado no terreno do exército.
3. A existência das forças armadas próximo ao abrigo Rondon é importante, pois o exército junto com o ACNUR são os responsáveis pela administração e proteção do campo de refugiados.
4. O que separa o terreno militar do terreno do abrigo é o Igarapé Pricumã que deságua no Rio Branco e possui uma ramificação que corta o terreno do abrigo em sentido paralelo às ruas principais.
5. Há um parque linear em torno do igarapé na parte que está fora do terreno do exército.



Figura 18: Localização do projeto

Fonte: Google Earth

6. O terreno está colado com seis equipamentos urbanos importantes.
 - 6.1. O Hospital da Criança Santo Antônio é importante para o atendimento hospitalar das crianças. Porém há uma expansão de caráter temporário do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth.



Figura 19: Hospital da Criança Santo Antônio

Fonte: Google Earth

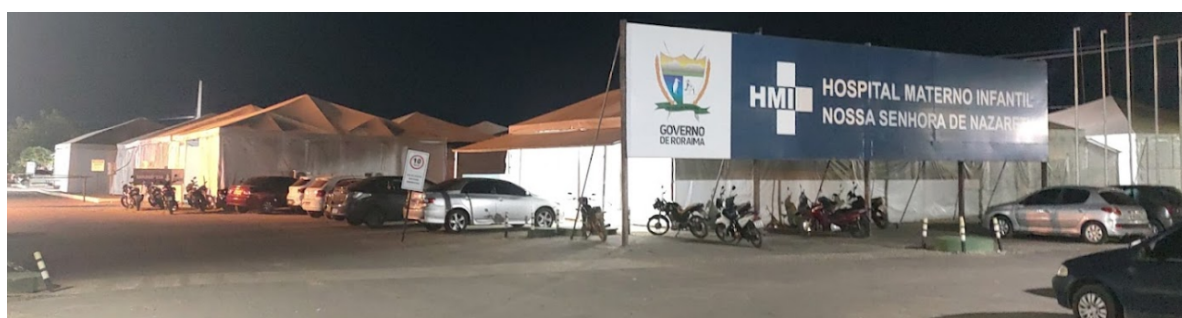


Figura 20: Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth

Fonte: Google Earth

- 6.2. A Rodoviária Internacional de Boa Vista podendo ser usada para auxiliar na interiorização da Operação Acolhida
- 6.3. O Centro de Coordenação de Interiorização, foi alocado em uma edificação que estava abandonada.



Figura 21: Edificação em 2019

Fonte: Google Earth



Figura 22: Centro de Coordenação de Interiorização, 2023

Fonte: Google Earth

6.4. Escola Estadual Maria das Dores Brasil



Figura 23: Escola Estadual Maria das Dores Brasil

Fonte: Google Earth

6.5. Ministério Público Federal

- 6.6. A Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima. Órgão responsável, junto ao Conare, pela solicitação e autorização dos pedidos de refúgio.



Figura 24: Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima

Fonte: Google Earth

- Situação atual do Abrigo Rondon

Os acordos de organizações internacionais e agências governamentais continuam a reproduzir modelos que não se adaptam bem às circunstâncias que surgem, sejam elas climáticas ou a natureza social e cultural dos beneficiários. Além disso, a organização do espaço segue a lógica do controle militar, o que dificulta as relações sociais e a comunicação.



Figura 25: Abrigo Rondon 1

Fonte: LabAH



Figura 26: Abrigo Rondon 3

Fonte: LabAH

Dependendo da situação dos refugiados, foram criadas diferentes estruturas de acolhimento, umas para famílias, outras para casais e até para refugiados homens.



Figura 27: Abrigo para famílias

Fonte: LabAH



Figura 28: Abrigo para homens solteiros

Fonte: LabAH

É nítido perceber a repetição de uma mesma lógica espacial independente da topografia em que estão inseridos. Mesmo em construções como ginásios, armazéns e espaços para eventos, a ortogonalidade pode ser percebida na disposição de barracas, beliches e até nas redes para abrigos indígenas. A gestão do terreno segue uma lógica muito semelhante: uma grelha regular, tendas em linhas bem paralelas, intercaladas com espaços abertos semelhantes a ruas, cujas distâncias variam de acordo com o número de tendas e o tamanho do terreno.

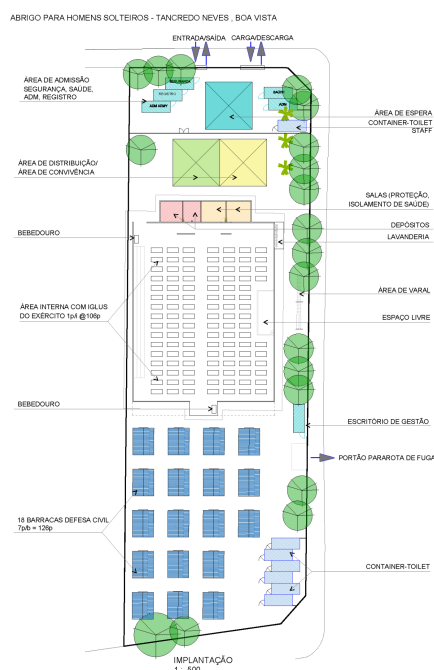


Figura 29: Exemplo organização dos abrigos

Fonte: LabAH

Atenta-se às peculiaridades dos povos indígenas, embora a situação seja muito diferente de suas aldeias, pode-se observar uma lógica diferente de organização espacial e uma compreensão diferente dos costumes e do respeito ao modo de vida desta comunidade. Como este grupo vivia habitualmente em grupos de 20 a 30 pessoas, observou-se que mesmo nos armazéns onde estavam instaladas as estruturas metálicas das redes, existia uma certa divisão entre os agregados familiares para o armazenamento de mercadorias e artesanato.



Figura 30: Abrigo para indígenas

Fonte: LabAH

Além disso, como cozinhar a própria comida é necessário para manter os laços culturais e familiares, os arquitectos do ACNUR construíram fogões a lenha para que as famílias pudessem cozinhar sozinhas. Existem vários problemas com a produção de alimentos em abrigos, sendo a maioria deles a geração de resíduos, a dificuldade de manter a área limpa e o risco de contaminação.



Figura 31: Cozinha coletiva abrigo para indígenas

Fonte: LabAH

- Dados climáticos

A temperatura média anual em Boa Vista varia entre 26°C e 29°C. Os meses mais quentes ocorrem geralmente durante a estação seca, de agosto a fevereiro, com temperaturas médias superiores a 27°C. Durante a estação chuvosa, que abrange os meses de março a julho, as temperaturas médias permanecem um pouco mais baixas, em torno de 26°C.

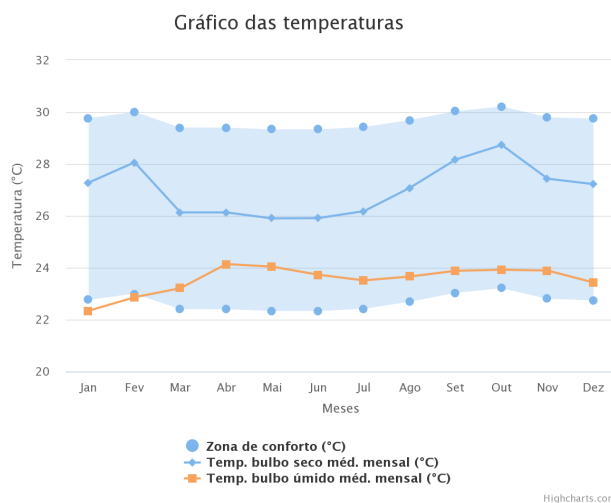


Figura 32: Gráfico das temperaturas

Fonte: ProjetEEE

A média anual de pluviosidade é de 1783 mm. A estação chuvosa ocorre principalmente de março a julho, com uma precipitação média mensal que varia entre 35 mm e 400 mm. Durante a estação seca, de agosto a fevereiro, a precipitação é significativamente mais baixa, às vezes abaixo de 50 mm por mês. A velocidade média do vento na região varia ao longo do ano, porém na maior parte do ano as velocidades chegam a 2 m/s, mas a velocidade durante o ano pode chegar a 4 m/s. As direções predominantes do vento em Boa Vista são geralmente do nordeste para sudoeste seguido pela direção de leste para oeste.

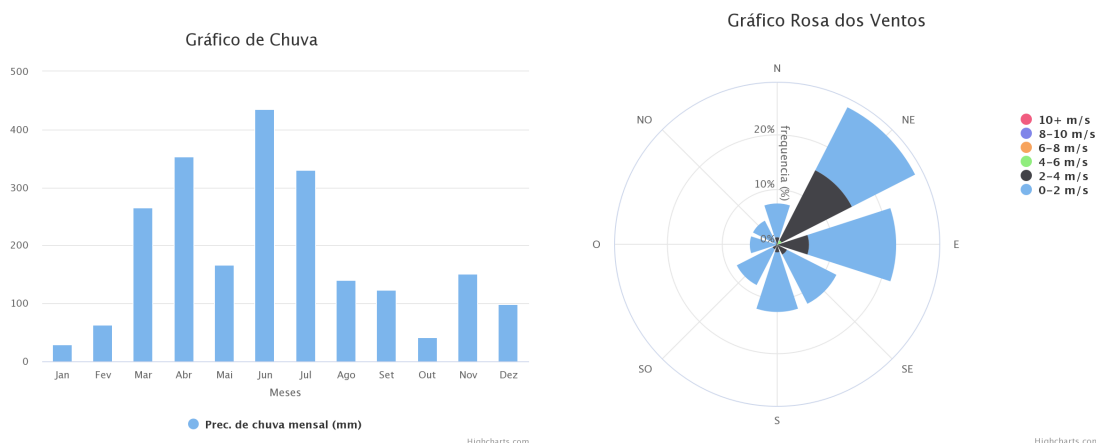


Figura 33: Gráfico de Chuvas e Rosa dos Ventos

Fonte: ProjetEEE

Os dados climáticos de Boa Vista, Roraima, revelam padrões típicos do clima tropical úmido, com duas estações bem definidas: o inverno e o verão. Com base nisso, pode-se propor algumas alternativas arquitetônicas para amenizar o desconforto térmico. Nessa região utiliza-se três estratégias bioclimáticas para melhor adequação térmica, que são a ventilação natural, o sombreamento e a inércia térmica.

- **Análise dos mapas**

O recorte urbano em que se encontra a área do projeto é predominantemente residencial, porém há uma quantidade considerável de comércios que estão localizados principalmente às margens das vias de maior fluxo e nas quadras próximas à rotatória. Existem também uma quantidade razoável de equipamentos urbanos e governamentais, como a rodoviária, o exército, correios, delegacias, prisão e Polícia Federal. Existem algumas escolas espalhadas pela área, principalmente próximas às áreas mais residenciais. Além desses usos existe o uso

de abrigo que está localizado na área escolhida para o projeto e usos com quantidades menores de edificações como é o caso dos usos de saúde e religioso.

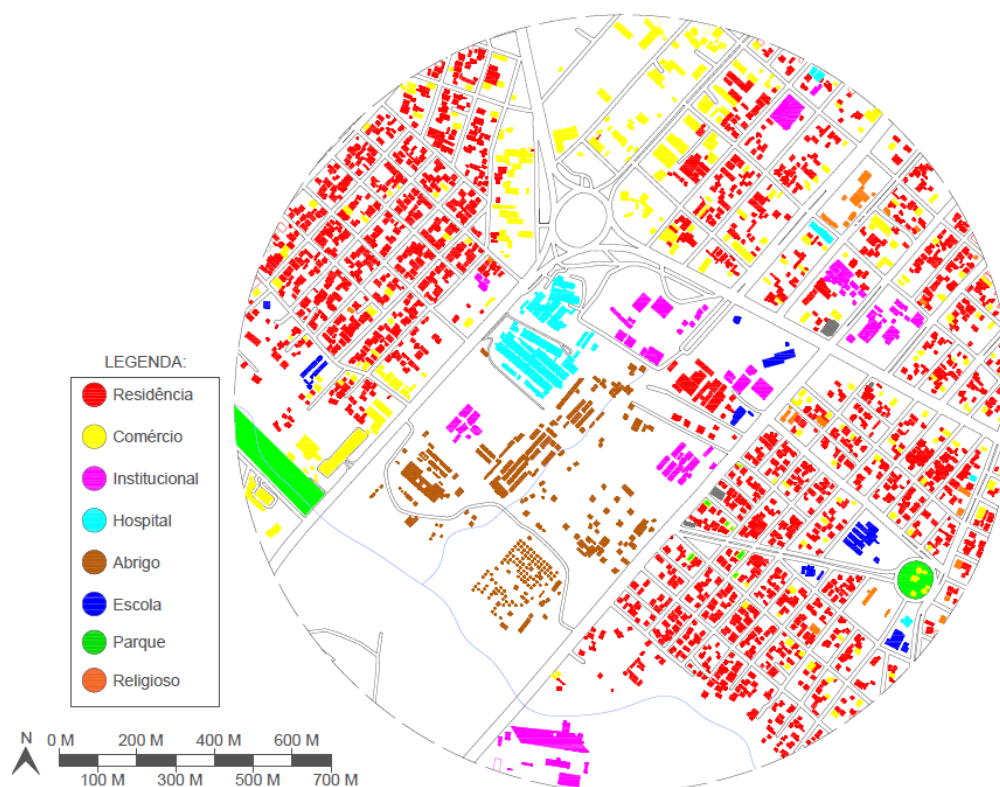


Figura 34: Mapa de usos atual

A maciça quantidade das edificações próximas a área de projeto são de um pavimento tornando a área horizontalizada. Existem algumas edificações de dois pavimentos e raríssimas exceções de três e quatro pavimentos. Edificações com mais de três pavimentos não são encontradas nas proximidades do lote escolhido para o projeto e os dois prédios de quatro pavimentos são uma exceção, pois pertencem ao poder público.

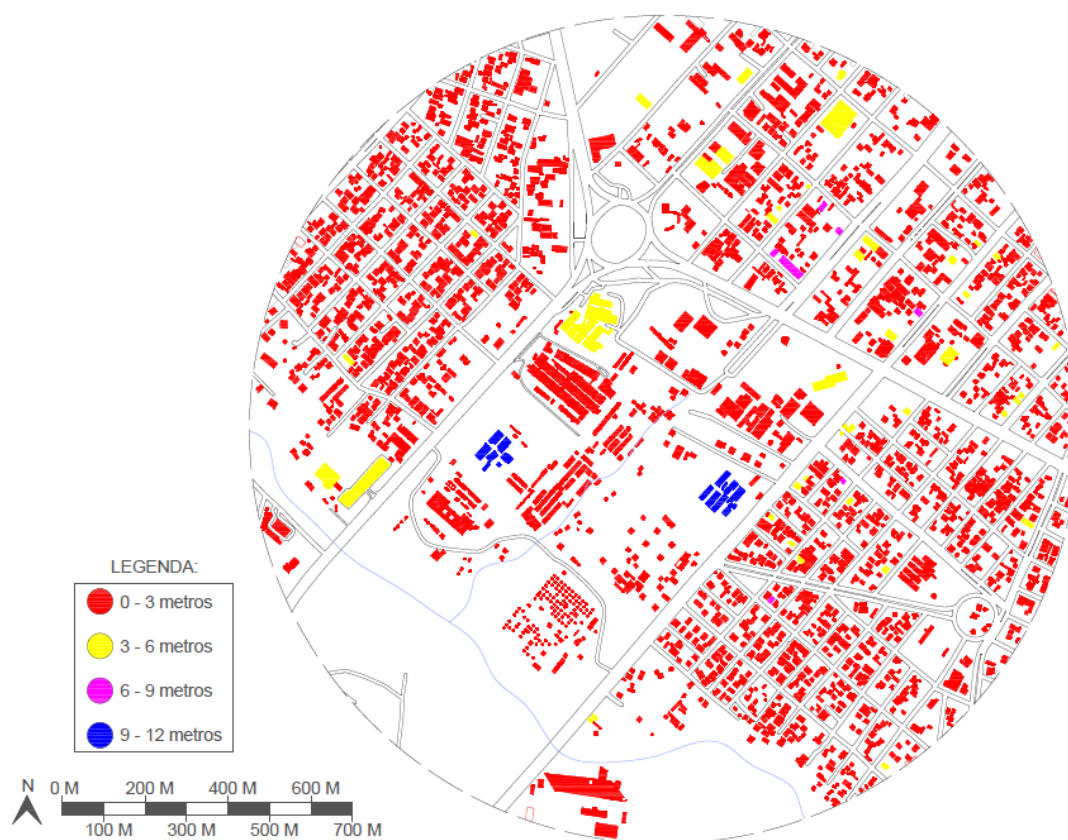


Figura 35: Mapa de altimetria atual

CAPÍTULO 3

PROJETO URBANO

DIRETRIZES ESPACIAIS

O terreno escolhido por ser grande acaba atrapalhando a integração da malha viária de uma lado para outro, bem como acaba se isolando do resto da cidade, pois só há contato com a malha urbana pelas margens do lote. Sendo assim, visando integrar essa gleba ao entorno houve um estudo de possibilidades de traçados viários para dentro do terreno. Esse estudo consiste em prolongar as principais ruas e avenidas que encontram o lote para chegar numa melhor proposta de integração.



Figura 36: Estudo de vias para dentro do lote

Com isso obteve-se o esboço projetual representado abaixo, em duas vias principais que cortam o terreno de um lado para o outro que ligam-se as principais ruas do entorno e no mesmo sentido dessas vias principais foi proposto três vias menores que combinado com a criação de quatro vias perpendiculares às duas principais ajudam a melhorar a circulação dentro do projeto.

Com as quadras estabelecidas observou-se a necessidade de criar um parque nas quadras centrais por causa da existência do igarapé visando preservá-lo e evitar danos durante as épocas de chuva. A ideia é que esse parque seja uma continuação do parque linear já existente e um grande reservatório de água para evitar a cheia durante os períodos chuvosos.

Houve também a setorização das quadras determinando a localização dos quatro usos propostos. A maior quantidade de área é destinada aos abrigos e residências, no centro foi alocado o uso administrativo, na quadra ao lado do

hospital, onde atualmente fica o hospital de campanha é proposta a solidificação de um anexo do hospital e nas bordas que dão para a cidade e próximo ao parque ficaram os comércios.



Figura 37: Esboço do projeto urbano

CONCEITO

Como parte dos refugiados são indígenas, foi utilizado o conceito da taba indígena como uma quadra aberta. Isso foi possível por causa de algumas semelhanças entre as estruturas.

Muitas aldeias indígenas são organizadas em torno de um espaço central, que pode ser uma praça, uma fogueira ou um espaço de reunião. Nas aldeias os espaços são geralmente divididos de acordo com funções específicas como áreas designadas para dormir, cozinhar e armazenar alimentos e a organização espacial de uma aldeia indígena frequentemente enfatiza a importância da comunidade, pois espaços para reuniões, cerimônias e atividades coletivas desempenham um papel importante na aldeia.



Figura 38: Exemplo de aldeia indígena

Já o conceito de quadra aberta na arquitetura se refere a um tipo de arranjo espacial em que um conjunto de edifícios deixam livre uma área central ou pátio interno, sem estruturas permanentes que fechem completamente a quadra. Ela pode proporcionar um equilíbrio entre a privacidade dos espaços interiores e a integração com o entorno, pois os edifícios que circundam a quadra podem ter aberturas para a quadra, permitindo que os moradores ou usuários tenham vistas internas e uma sensação de conexão com o espaço aberto. A quadra aberta muitas vezes serve como um espaço de encontro comunitário podendo ser usado para eventos, reuniões, atividades ao ar livre ou como um local tranquilo para relaxamento.

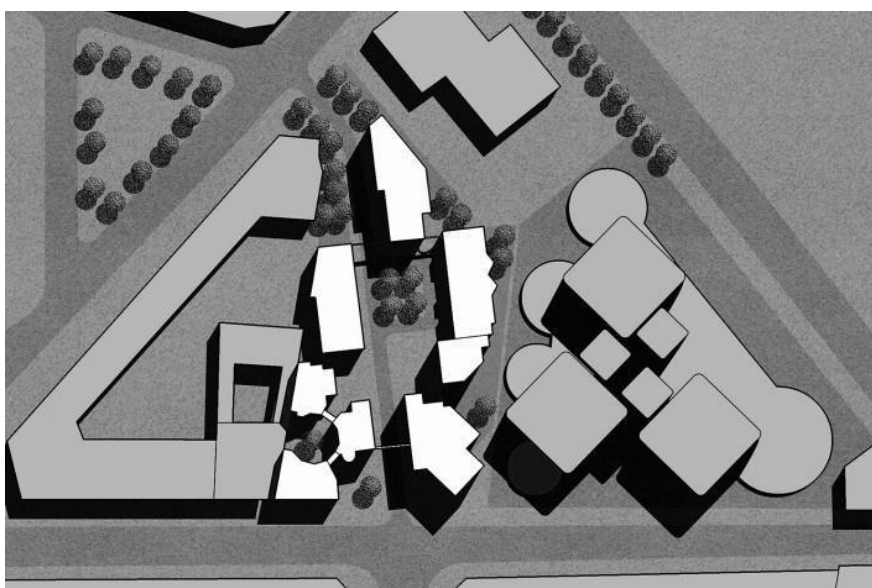


Figura 39: Les Hautes Formes, Paris. Arquiteto Christian de Portzamparc, 1975

Fonte: PORTZAMPARC, Christian de. A terceira era da cidade

Sendo assim, o projeto se apossou desses conceitos e propôs um projeto urbano de quadras abertas em que os equipamentos urbanos são as centralidades dessas quadras, isso foi proposto com a intenção de que a quadra seja uma extensão dos abrigos fazendo com que os moradores utilizem esses espaços.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades foi proposto tendo como base outros campos de refugiados e os relatórios das necessidades dos refugiados brasileiros, principalmente para a população indígena que necessitam de alguns usos específicos por causa da sua cultura.

Com isso foi determinado oito grupos de necessidades que devem ser supridas:

1. Lazer e convivência
 - 1.1. Área pública
 - 1.2. Espaço de convivência para adultos
 - 1.3. Campo de football/Playground
2. Cozinha e alimentação
3. Sanitários e lavanderias
4. Residência
 - 4.1. Residências para famílias
 - 4.2. Residências para homens solteiros
 - 4.3. Residências coletivas p/ indígenas
5. Educação
 - 5.1. Escolas
 - 5.2. Escolas de idiomas
 - 5.3. Centro de capacitação
6. Administrativo
 - 6.1. Centro administrativo
 - 6.2. Armazém ACNUR
 - 6.3. Centro de distribuição
 - 6.4. Base Funai
 - 6.5. Posto de polícia
 - 6.6. Base militar
 - 6.7. Centro proteção crianças

6.8. Centro proteção mulher e violência sexual

7. Saúde

7.1. Hospital materno

7.2. Clínica médica

8. Comércio

Baseando-se nos usos estabelecidos foi feita uma matriz para determinar quais usos deveriam ficar próximos.

		ESPAÇOS PÚBLICOS				ADMINISTRAÇÃO				SAÚDE				COMÉRCIO	"ÁREAS MOLHADAS"			RESIDÊNCIAS			EDUCAÇÃO				
		ESPAÇO ADULTO	ESPAÇO CRIANÇA	FLORESTA	CENTRO ADM.	ARMAZEN. ACUM.	CENTRO DISTRIBUIÇÃO	BASE FUNH.	POSTO POLICIAL	BASE MILITAR	PROTEÇÃO CRIANÇA	PROTEÇÃO MULHER	CLÍNICA MÉDICA		HOSPITAL	COZINHA	SANITÁRIOS	LAVANDEIRAS	RES. FAMILIAR	RES. HOMEN SOLTEIRO	RES. COLETIVA	RES. RURAL	ESCOLAS	ESCOLAS DE IDIOMAS	CENTRO DE CAPACITAÇÃO
ESPAÇOS PÚBLICOS	ESPAÇO ADULTO		O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O	O	X	X	X	X	O	O	O	X	X	O	O
	ESPAÇO CRIANÇA	O		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O	O	X	X	X	O	O	O	X	O	X	X
	FLORESTA	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
	CENTRO ADM.	O	X	X		O	O	O	O	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ADMINISTRAÇÃO	ARMAZEN. ACUM.	X	X	X	O		O	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	CENTRO DISTRIBUIÇÃO	X	X	X	O	O		O	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X	O	O	O	X	X	X	X
	BASE FUNH.	X	X	X	O	O	X		X		O	O	X	X	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	POSTO POLICIAL	X	X	X	O	O	X	X	O	O	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
SAÚDE	BASE MILITAR	X	X	X	X	X	X	O	X		O	O	O	O	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	PROTEÇÃO CRIANÇA	X	O	X	X	X	X	X	O	X		O	O	O	O	X	X	X	X	X	O	O	X	X	X
	PROTEÇÃO MULHER	X	X	X	X	X	X	X	O	X	O		O	O	X	X	X	X	X	X	O	O	O	O	O
	CLÍNICA MÉDICA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O	O		X	O	X	X	X	O	O	O	O	O	O	O
"ÁREAS MOLHADAS"	HOSPITAL	O	O	X	X	X	X	X	X	X	O	X		O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	COZINHA	X	X	X	O	X	X	X	X	X	X	X	X	O		O	O	O	O	O	O	X	X	X	X
	SANITÁRIOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	LAVANDEIRAS	X	X	X	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
RESIDÊNCIAS	RES. FAMILIAR	O	O	X	X	X	O	X	X	X	X	X	X	O	O	O	O	O	O	O	O	X	X	X	X
	RES. HOMEN SOLTEIRO	O	O	X	X	X	O	X	X	X	X	X	X	O	O	O	O	O	X	X	X	X	X	X	X
	RES. COLETIVA	O	O	X	X	X	O	X	X	X	O	X	X	O	O	O	O	O	X	X	X	X	X	X	X
	RES. RURAL	X	O	X	X	X	O	O	X	X	O	O	O	X	X	O	O	X	X	X					
EDUCAÇÃO	ESCOLAS	O	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	ESCOLAS DE IDIOMAS	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	CENTRO DE CAPACITAÇÃO	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	O	O	O	O	O	O

Figura 40: Matriz do programa de necessidades

A matriz auxiliou a determinar algumas diretrizes projetuais como:

1. O centro administrativo deve ser alocado de forma centralizada para facilitar nas operações do dia a dia;
2. A clínica médica e o hospital materno devem ficar onde ficam as instalações temporárias do atual Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth;
3. As áreas de cozinha, sanitário e lavandeira precisam ficar próximas às residências;
4. Há a necessidade de mais de um tipo de abrigo, pois há grupos de refugiados com necessidades distintos;
5. Próximo aos abrigos deve haver equipamentos públicos como cozinhas a lenha, redários, espaços de convivência, parque infantil;
6. Os comércios devem ficar nas margens do terreno próximos às ruas existente e próximo ao parque linear para ajudar a levar as pessoas de fora do campo de refugiado para dentro amenizando assim a marginalização;
7. As crianças podem frequentar a escola estadual que existe próximo a área e para o estudos de idiomas e capacitação pode haver iniciativas em alguma sala ou edifício da parte administrativa do campo de refugiados.

DETALHES PROJETUAIS

- Tipo de ruas propostas

No projeto é proposto dois tipos de ruas. As vias principais foram propostas para ligarem os dois lados do terreno, isso ajuda na interiorização das pessoas de fora do lote para dentro. O intuito é que as pessoas da cidade também ocupem o parque linear e consumam nos comércios do campo de refugiados, isso daria apoio financeiro e reduziria a marginalização dos refugiados. Elas possuem 20 metros de largura, pois são do tamanho das avenidas existentes e comportam calçadas, faixas de amortecimento, estacionamentos, ruas e ciclofaixa.

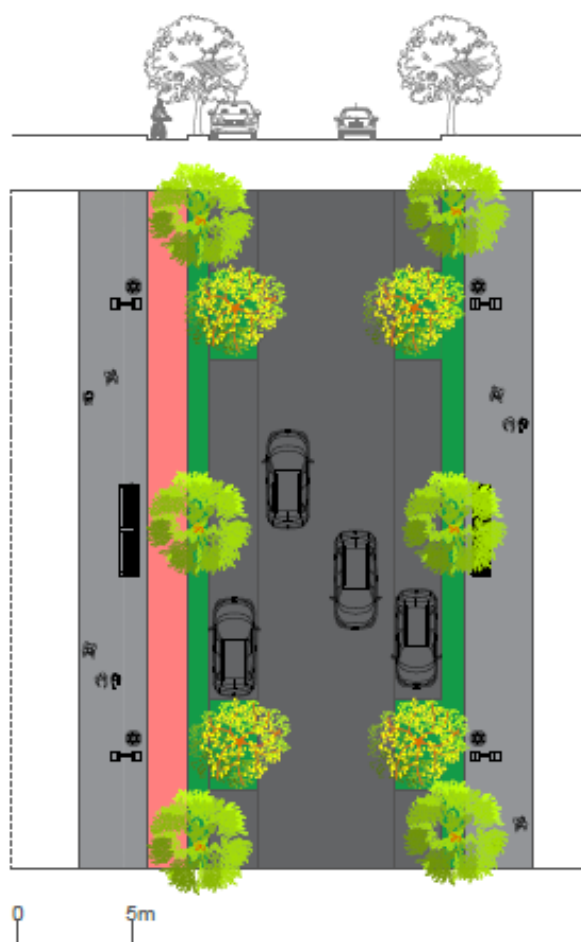


Figura 41: Rua principal



Figura 42: Modelagem rua principal



Figura 43: Modelagem rua principal

As vias secundárias foram criadas para facilitar a locomoção dentro do campo de refugiados, por isso elas são menores que as principais e só há uma faixa de carro, já que a grande maioria dos refugiados não possuem carros e não é necessário criar muitas faixas de tráfego. A ideia é que não haja diferenciação dos pisos da calçada para os da ruas e que possuam o mesmo nível, pois assim as vias se tornaram continuação das quadras. Essa via tem 10 metros de largura, pois são do tamanho das ruas existentes e comportam calçadas, estacionamento e rua.

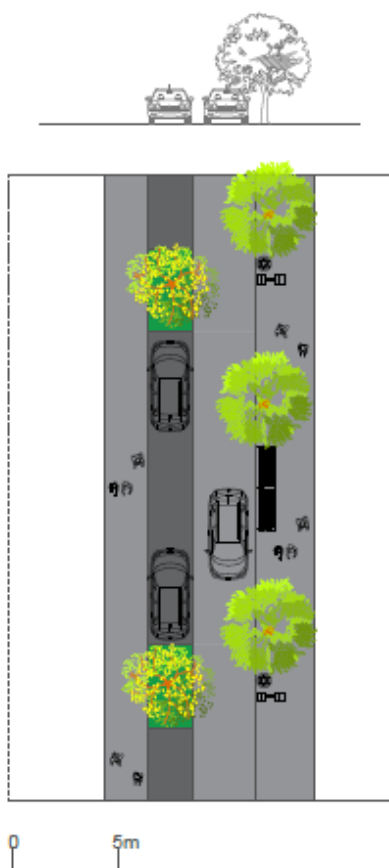


Figura 44: Rua secundária



Figura 45: Modelagem rua secundária



Figura 46: Modelagem rua secundária

- Equipamentos urbanos

Dentro das quadras foram colocados quatro tipos de equipamentos urbanos, como os abrigos são pequenos eles servem como uma continuação dos abrigos e suprem a necessidade de haver cozinhas coletivas à lenha e redários para a população indígena. Tal qual numa taba indígena, esses equipamentos urbanos servem de centralidades e áreas de convivência.

1. Áreas de estar

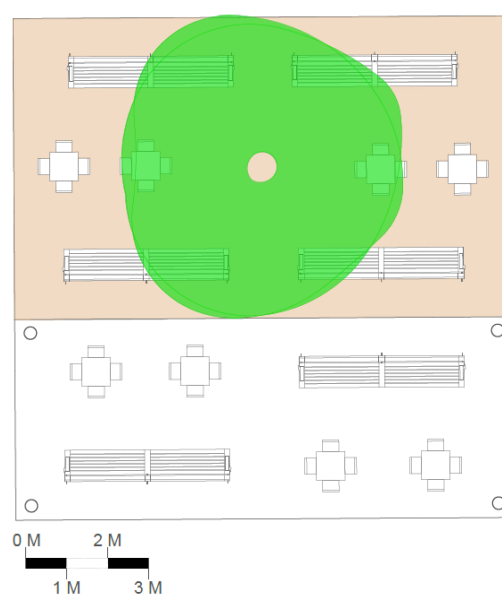


Figura 47: Planta baixa áreas de estar



Figura 48: Modelagem áreas de estar

2. Cozinhas a lenha

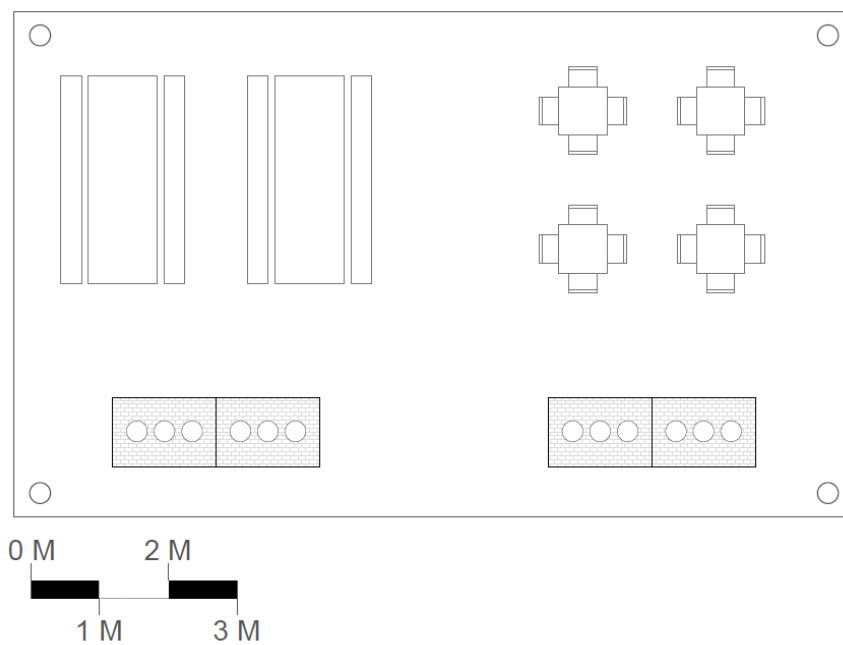


Figura 49: Planta baixa fogão à lenha



Figura 50: Modelagem fogão à lenha

3. Redário

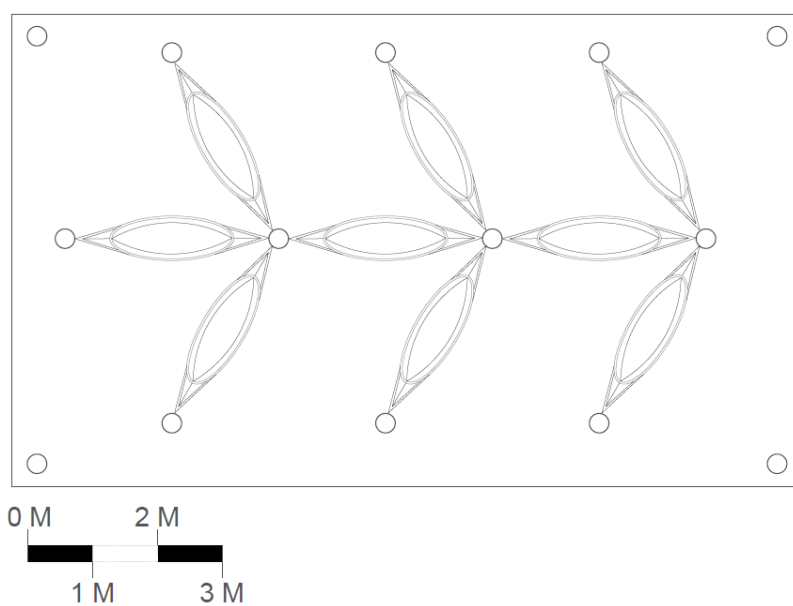


Figura 51: Planta baixa redário



Figura 52: Modelagem redário

4. Playground

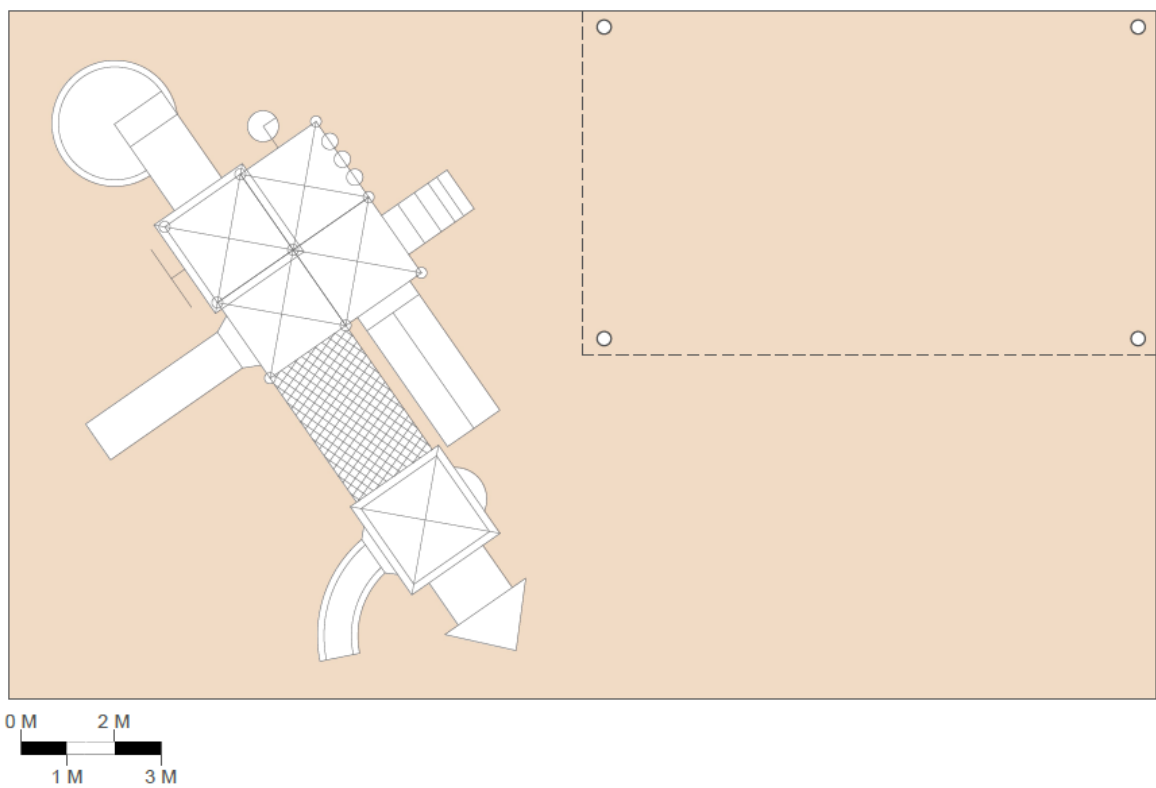


Figura 53: Planta baixa playground



Figura 54: Modelagem playground

As áreas de estar, cozinhas a lenha e redário são feitas com o mesmo material. Elas possuem o piso de concreto, pilares de madeira e coberta de telha cerâmica. Já o playground possui piso de areia e uma área coberta também com telha cerâmica e pilares de madeira. Esses equipamentos possuem a mesma modularidade o que permite criar composições com essas estruturas.



Figura 55: Composições de equipamentos urbanos

- Parque

E o último detalhe urbano é o parque linear. O parque foi proposto para ser um reservatório de água visando evitar cheias durante as épocas de chuva, para isso o parque possui terraceamentos em toda a sua extensão tornando a área própria para alagamento. No parque tem alguns equipamentos urbanos como quadras esportivas, pistas de skate, banheiros públicos, áreas de estar, parque infantil e a horta comunitária. A horta foi pensada para que os indígenas possam perpetuar com a sua cultura e acaba complementando as alimentações dos refugiados.



Figura 56: Masterplan parque



Figura 57: Modelagem parque

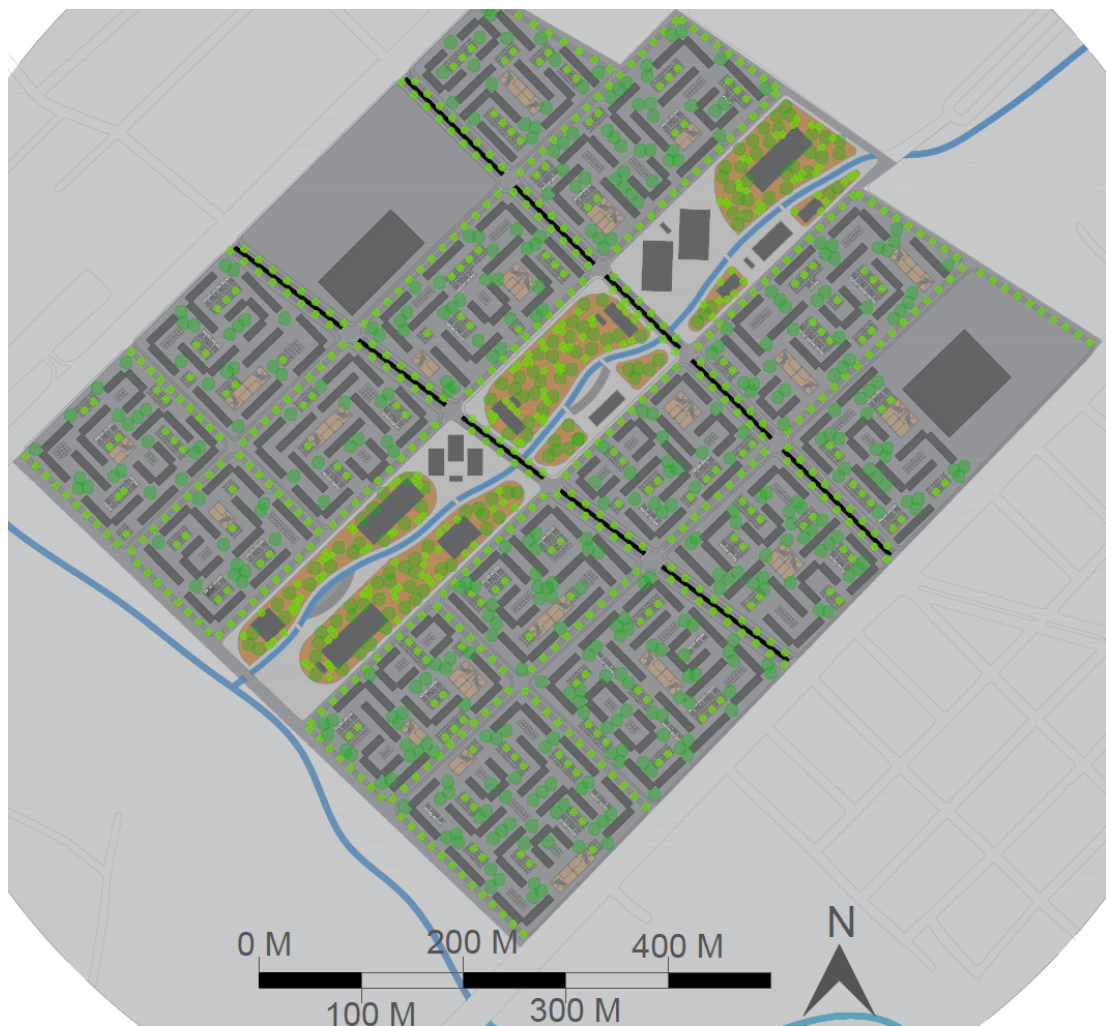
MASTERPLAN

Figura 58: Masterplan





Figura 59: Zoom quadra

Foram utilizados quatro materiais diferentes para os pisos do projeto urbano.

1. Para as calçadas e ruas secundárias o piso escolhido foi o intertravado, pois possui uma ótima durabilidade, resistência e escoamento de água.



Figura 60: Piso intertravado

2. Dentro das quadras utiliza-se brita, pois já é o piso que está colocado no abrigo rondon e ele também possui uma boa drenagem que é importante para as temporadas de chuva.



Figura 61: Imagem atual do abrigo rondon

Fonte: AVSI Brail

3. As ruas principais serão asfaltadas
4. E as áreas arborizadas do parque possuem um piso de terra batida, por ser na mais fácil manutenção e por ser piso natural também possui uma ótima drenagem.



Figura 62: Modelagem diferenciação entre os pisos

MAPAS PROPOSTOS

- Mapa de altimetria

Como a grande maioria do entorno possui só um pavimento, foi proposto que as edificações que dão para as ruas existentes e as ruas principais do projeto tivessem só um pavimento. Enquanto as outras edificações aumentam a quantidade de pavimentos ao entrar para dentro das quadras, mas não passando de três

pavimentos que é o número máximo encontrado no entorno. Isso acontece para amenizar o adensamento do campo de refugiados em comparação com o entorno.

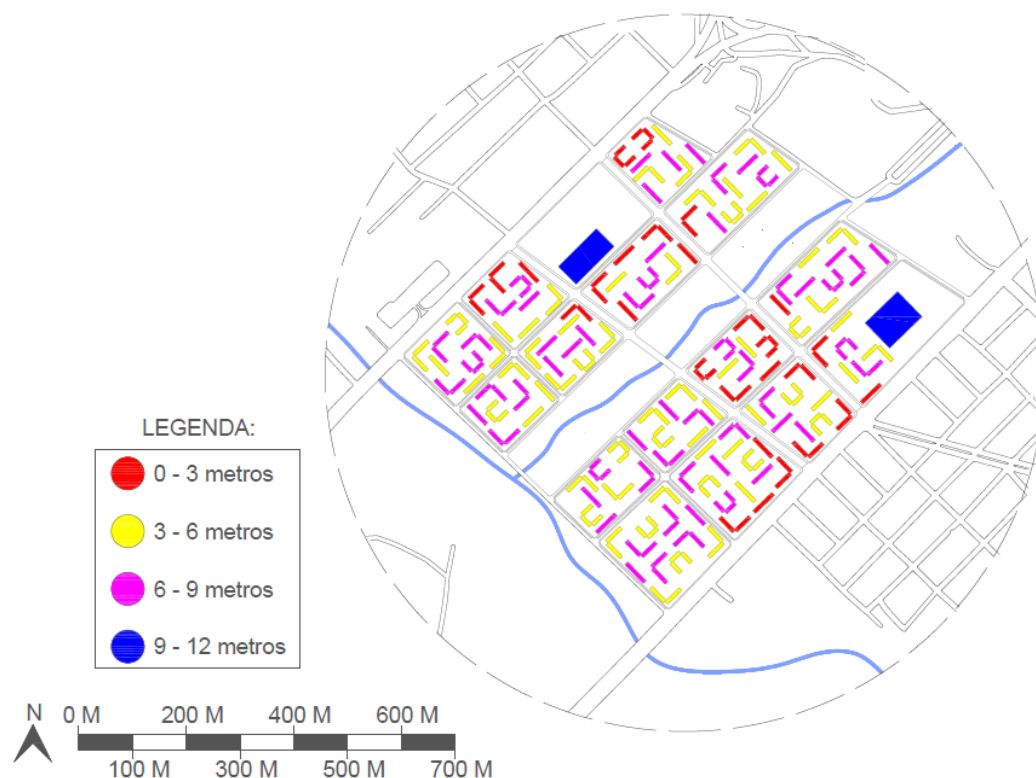


Figura 62: Mapa de altimetria proposto

- Mapa de usos

No projeto existem quatro macro usos propostos. O uso residencial é o principal do projeto e está distribuído em todo o terreno. O uso de comércio é encontrado nas bordas para o entorno, para as ruas principais do projeto e perto do parque linear, isso para ajudar na captação de renda dos refugiados e é um convite para as pessoas entrarem no campo para usufruir do comércio e do parque. O parque linear proposto é uma continuação do parque linear existente, ele está locado no centro do campo, pois ajuda a preservar o igarapé e ser um ponto central onde refugiados e pessoas de fora do campo possam conviver harmonicamente.

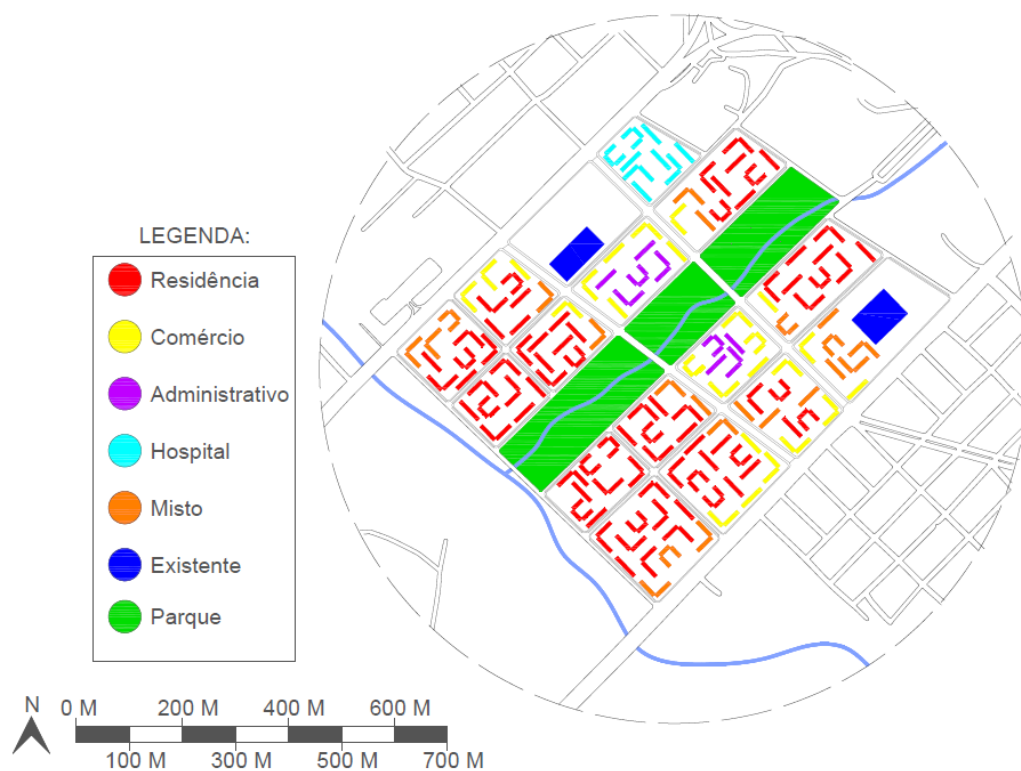


Figura 63: Mapa de usos proposto

CAPÍTULO 4

PROJETO ABRIGO

ESTRUTURA ESCOLHIDA

A estrutura escolhida para o projeto dos abrigos é o contêiner. Uma das vantagens mais importantes da construção de contêineres é a durabilidade, embora a vida útil de um contêiner para transporte marítimo seja de apenas 10 anos e depois disso é descartado nos portos marítimos ao redor do mundo. Porém, esses contêineres podem ser reaproveitados e em terra esse material pode ser utilizado por quase um século, diferente dos exemplos de abrigos mostrados que possuem um caráter temporário. E se um dia não precisar mais do campo de refugiados é só exportar o abrigo para um área que precisa dele, mas isso só é possível porque o container permite esse tipo de transporte.

Segundo Smith (2010), os contêineres marítimos são ideais para estruturas pré-fabricadas, pois são fáceis de transportar com diferentes meios de transporte devido ao seu design especial para empilhamento. Por serem projetados para transportar com segurança grandes quantidades de mercadorias, são projetados para se adaptarem às mais diversas configurações construtivas. Como cinco a quinze contêineres podem ser empilhados sem reforços, a arquitetura do contêiner atende à maioria dos códigos e padrões de construção com pequenas modificações. Sendo assim, é a estrutura ideal para adensar os campos de refugiados e com isso reduzir a área necessária para a construção do campo.

A utilização de contêineres na construção civil é uma excelente solução de construção modular tornando a obra mais rápida, econômica e com menos produção de resíduos. Após a conclusão das obras, caso seja necessário aumentar a área construída, basta conectar outros módulos aos containers existentes, que podem ser entregues prontos. Em particular, aplica-se um desconto de 35% nos custos finais das obras para construções feitas em contêineres marítimos e leva 20% do tempo para conclusão da obra em relação ao sistema tradicional aplicado no Brasil, que são edifícios com estrutura de concreto armado e alvenaria compacta (UP CONTAINERS, 2016).

Segundo Nunes (2009), é aconselhável comprar contêineres marítimos de portos marítimos ou terminais intermodais como portos fluviais, portos secos ou terminais ferroviários. Ao adquirir um contêiner marítimo, deve-se levar em consideração sua integridade física, bem como seu histórico durante o transporte da carga, pois pode ter transportado cargas de alto risco químico. Em 2016, no Brasil,

estima-se que cerca de 5.000 contêineres estavam abandonados nos portos brasileiros (BRASIL COMEX, 2016).

Como um caso especial do projeto, os contêineres podem ser comprados no porto de Manaus, que é o mais próximo da cidade de Boa Vista e está a uma distância de 750 km, então levaria cerca de 12 horas para transportar os contêineres até o terreno do campo de refugiados.

ESPECIFICAÇÕES E MATERIAIS DOS ABRIGOS

- Fundação

Para a fundação do projeto foi escolhida a Radier, que é a mais comum no Brasil, esse tipo de fundação cria uma base de concreto para instalação de obras. Em terrenos mais moles e irregulares, essa fundação permite que o projeto seja horizontal e permite que a base se eleve, mantendo o contêiner longe do contato com o solo, o que acaba sendo adequado ao clima de Boa Vista devido a alta quantidade de chuvas da região.



Figura 64: Fundação radier

Fonte: APL Engenharia

Este tipo de fundação, que consiste numa estrutura em laje com dimensões superiores ao espaço utilizado pelo edifício, é classificado como uma fundação rasa que assenta diretamente no solo. Em estruturas de contêineres, esse modelo é usado em projetos maiores para melhor distribuição das cargas sobre o terreno.

- Vedação e isolamento térmico

Para que um container atenda a construção civil, principalmente residencial, o container deve passar por processos de adaptação, sendo um deles a preparação

e instalação do sistema de paredes. As paredes de aço do container geralmente são usadas como base sendo aplicado o dry-wall para a sua composição, o mesmo sistema também é aplicado nas paredes internas. O dry-wall consiste em uma estrutura metálica que permite a estruturação da parede e ao mesmo tempo que permite a passagem dos equipamentos elétricos e hidráulicos, ocupa menos espaço e por isso é uma excelente opção para espaços pequenos e estreitos, como containers. São incorporadas às chapas de aço, a estrutura do drywall, a grelha metálica, o isolamento térmico, a placa OSB e a placa de gesso para o acabamento.

Por se tratar de uma caixa de aço, essa etapa é necessária para garantir o conforto térmico da edificação, para evitar o aquecimento dos espaços internos, isso é feito através dos processos de vedação do container e do isolamento das paredes, teto e piso que devem ser feitos corretamente para evitar problemas futuros. Para muitos, um grande desafio na construção de uma casa container é o tratamento térmico e acústico, pois o aço, material do qual é feito o container, é um excelente condutor de calor e péssimo isolante acústico.

“o conforto térmico pode ser definido pela sensação de bem estar, relacionada à temperatura ambiente e umidade. Isto envolve equilibrar o calor produzido pelo corpo com o calor perdido para o meio ambiente circundante. E complementa que conforto acústico existe quando o ambiente proporciona boa inteligibilidade da fala e ausência de sons indesejáveis no ambiente, criando uma sensação de paz e bem-estar.” Domingos (2014)

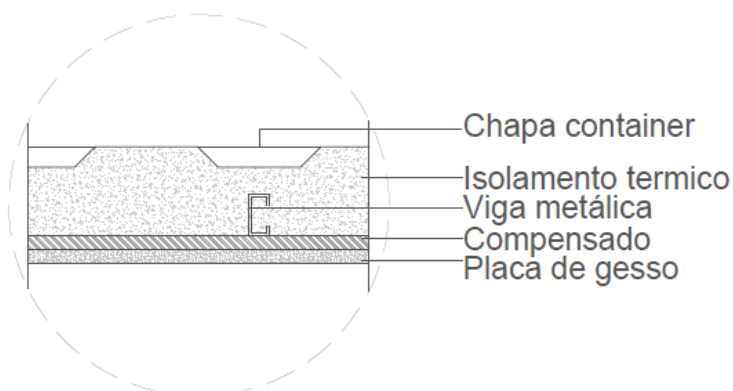


Figura 65: Detalhe da estrutura

O isolante térmico escolhido para o projeto foi a lã de vidro. O melhor isolante térmico e acústico devido seu ótimo coeficiente de absorção acústica e baixa

condutibilidade térmica. Muito usado na construção civil em coberturas, forros, telhas metálicas, divisórias, paredes, dutos de ar condicionado, equipamentos industriais, tanques, tubulações, estufas e aquecedores, dentre outras. Sobre o uso de revestimentos há a possibilidade de dar o acabamento final desejado, seja um com revestimento argamassado, seja com cerâmica ou porcelanato, papel de parede, etc.

- Modularidade

Como o container é uma estrutura modular e autoportante as possibilidades de composição são infinitas. Porém o projeto trata-se de um campo de refugiados, então se faz necessário limitar as possibilidades, pois assim ajuda na rapidez e eficácia da implantação do projeto.

Mas antes foi determinado uma modularidade. Três containers de 40 pés formam um módulo estrutural que comporta cinco módulos dos abrigos e do corredor. É a partir da repetição desse módulo estrutural que surgem as estruturas dos edifícios.

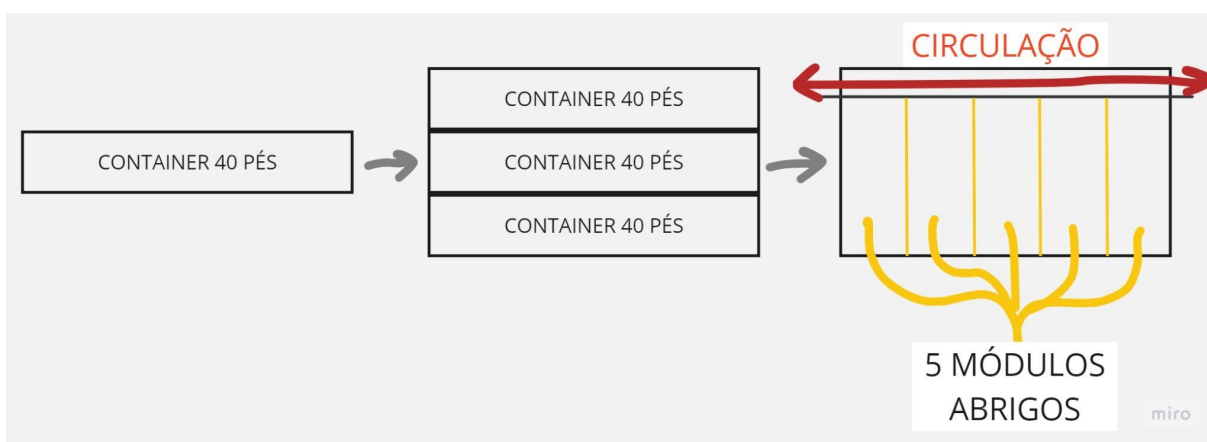


Figura 66: Explicação modularidade

Com isso o projeto determina 3 tipos de modulação para os edifícios, que podem ser construídos com container marítimo de 20 pés (medida externa: 6,096 m de comprimento X 2,438 m de largura X 2,591 m de altura) ou 40 pés (medida externa: 12,192 m de comprimento X 2,438 m de largura X 2,591 m de altura). A primeira composição é o edifício linear que é composto por 12 container de 40 pés ou 24 container de 20 pés dispostos em 3 fileiras conjugadas.

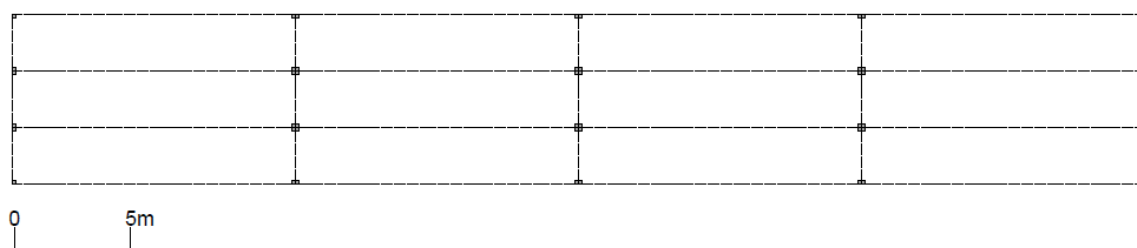


Figura 67: Estrutura do edifício linear

O segundo é o edifício em L formado por 18 containers de 40 pés, dispostos em 2 blocos com 9 containers composto por 3 fileiras. Esses 2 blocos se intersecção de forma perpendicular.

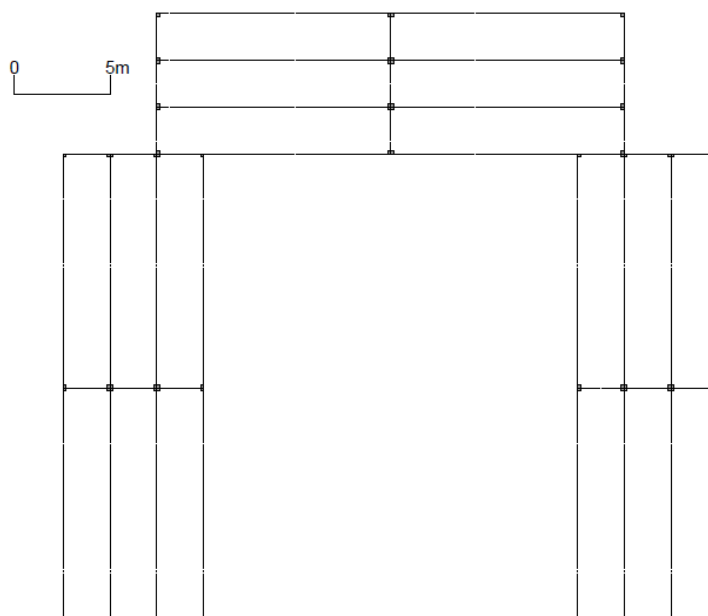


Figura 68: Estrutura do edifício em U

E por último o edifício em U também formado por 18 container de 40 pés, dispostos em 3 blocos de 6 containers. 2 desses blocos são dispostos paralelamente e são intersectados pelo terceiro bloco que é perpendicular a eles.

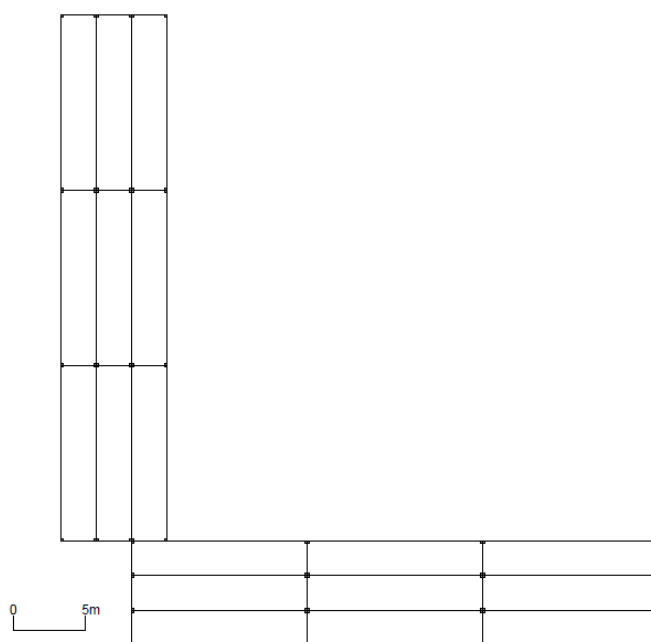


Figura 69: Estrutura do edifício em L

- Coberta

O tipo de cobertura escolhida foi a telha térmica. É constituída por duas placas metálicas e o seu interior é revestido por um material isolante, como espuma de poliestireno. Eles são ondulados e precisam de uma leve inclinação. Uma vantagem é que, além do isolamento térmico, também fornecem isolamento acústico, o que aumenta o conforto da casa. Como necessita de uma inclinação de no mínimo 5%, no projeto adotou-se uma inclinação de 5% nos telhados de uma água para que a altura mais alta do telhado seja menor que a platibanda de 60 centímetros.

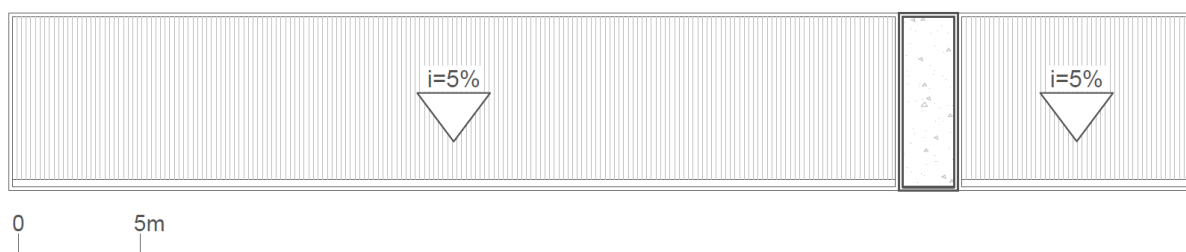


Figura 70: Planta de cobertura linear

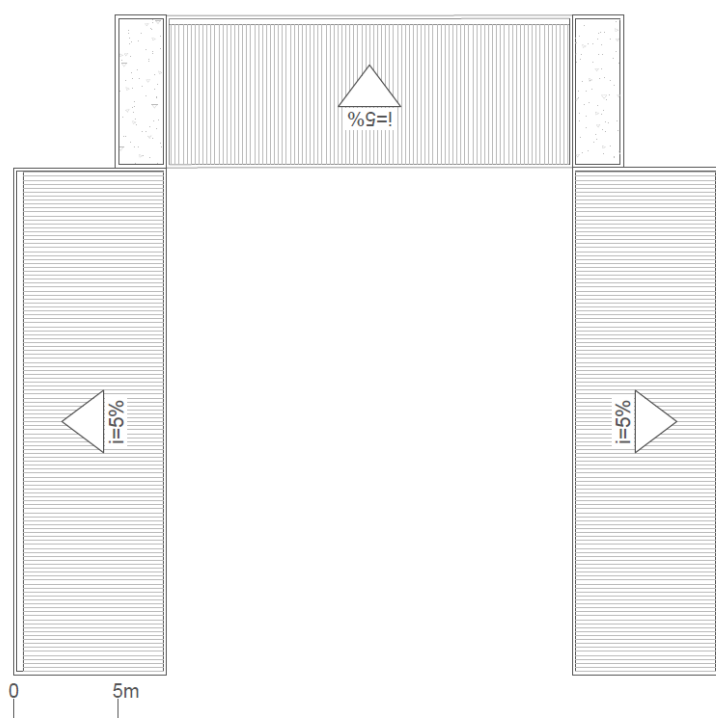


Figura 71: Planta de cobertura U

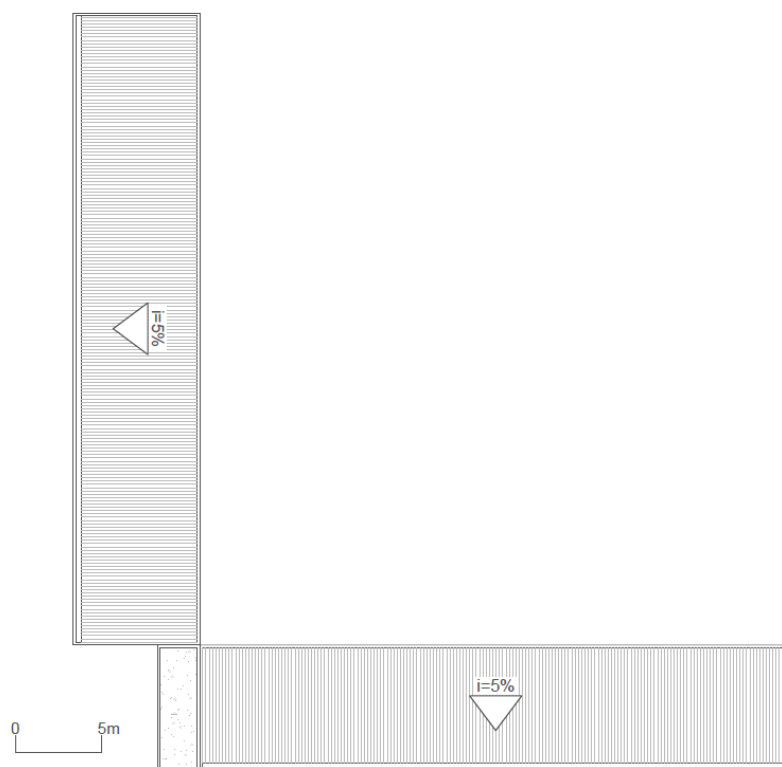


Figura 72: Planta de cobertura L

- Materiais de revestimento

- Paredes externas

O revestimento externo escolhido foi a placa cimentícia. A placa cimentícia é um material muito resistente e impermeável, essa placa proporciona rapidez na montagem, além de apresentar um ótimo acabamento. A placa cimentícia é resistente à umidade, tornando-a uma excelente opção para áreas sujeitas a exposição direta à água, além de uma boa resistência mecânica, sendo capaz de suportar impactos e cargas moderadas, tem uma vida útil longa e é menos suscetível a danos causados por pragas ou fungos, o que contribui para a durabilidade da construção.



Figura 73: Fachada com placa cimentícia

Fonte: Archdaily

- Paredes internas e teto

Por ser uma opção muito acessível economicamente, de fácil aplicação, a possibilidade de aplicar em qualquer cômodo independente da umidade a pintura foi escolhida como acabamento das paredes internas e teto.

- Piso e áreas molhadas

O uso da cerâmica é amplamente utilizado em diversos tipos de projetos na área da construção civil, até mesmo da casa feita de container. Dentre as principais vantagens de adotar esse tipo de revestimento, é por ser uma opção com grande durabilidade, impermeabilidade, mais econômica e possui uma grande variedade de formas e cores.



Figura 74: Visão interna de um container reformado

Fonte: Archdaily

PLANTAS, CORTES E FACHADAS

- Edifícios de abrigo e administrativo

Segundo dados da ONU, o tamanho de um abrigo é proposto adotando uma área de pelo menos 3,5 m² por pessoa. Sendo assim, o projeto propõe uma média de 4,5 m² por pessoa, essa área foi determinada ao dividir a estrutura das edificações em módulos de 2,44 metros, pois essa medida é o tamanho do módulo de um container. Com isso o tamanho interno do abrigo ficou 2,32 x 5,88 metros obtendo uma área de 13,64 m², cabendo 3 pessoas por abrigo. Porém, por ser uma estrutura modular há a possibilidade de ter um abrigo com o dobro e o triplo do tamanho, na segunda opção de abrigo cabem até 6 pessoas e é destinado a famílias maiores e na terceira opção são destinados para grupos indígenas que vivem em coletivo. Os edifícios são formados pelos abrigos, corredor, banheiro coletivo e pela área de convivência que é composta pela cozinha e lavanderia coletivas.

1. Edifício linear

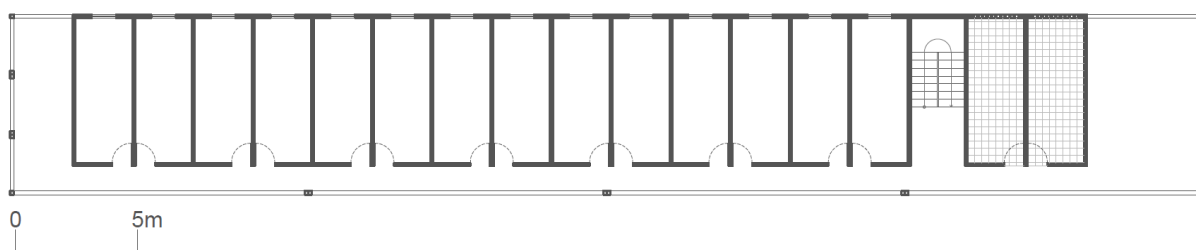


Figura 75: Planta baixa edifício linear abrigo

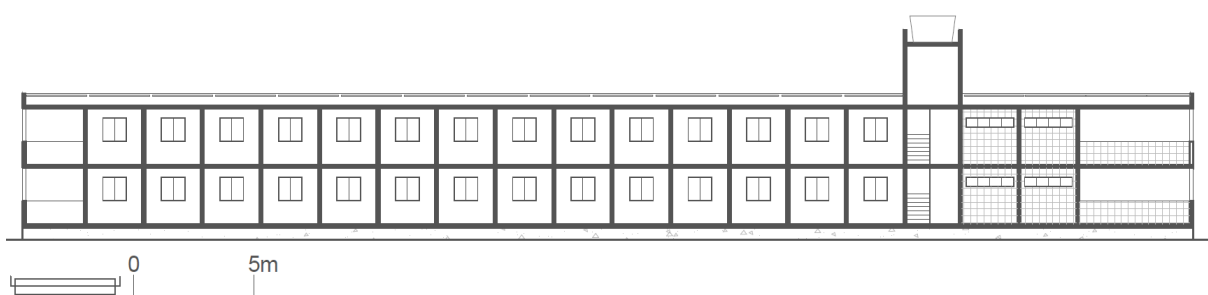


Figura 76: Corte edifício linear abrigo

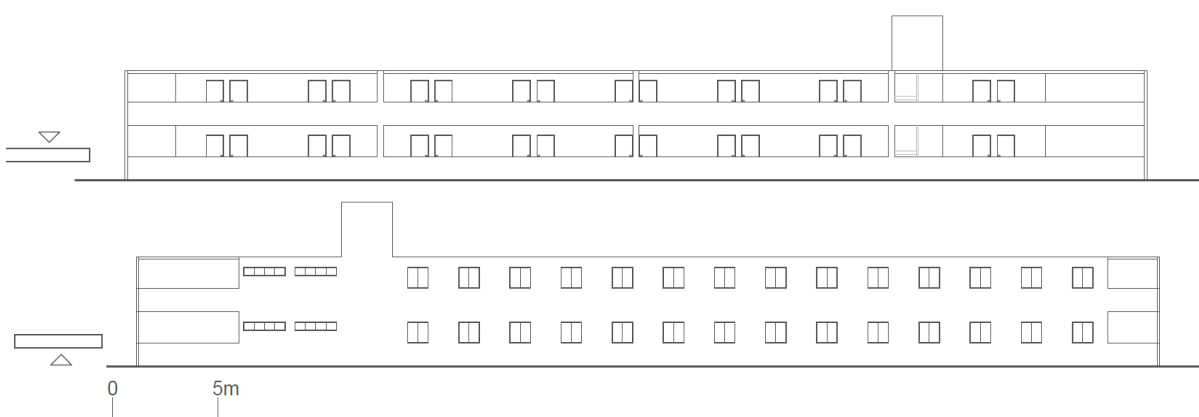


Figura 77: Fachadas edifício linear abrigo

2. Edifício U

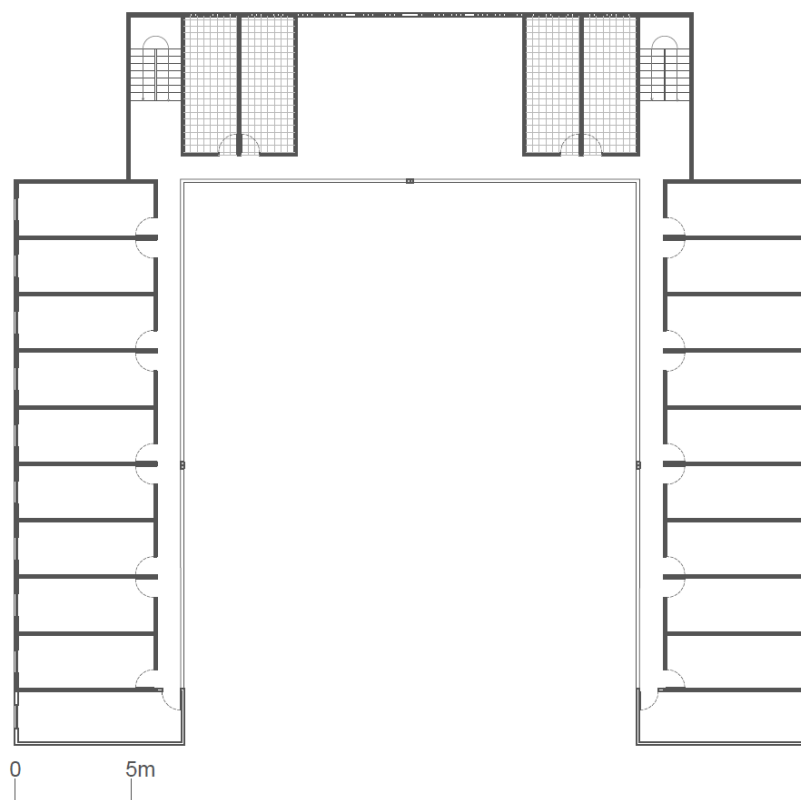


Figura 78: Planta baixa edifício U abrigo

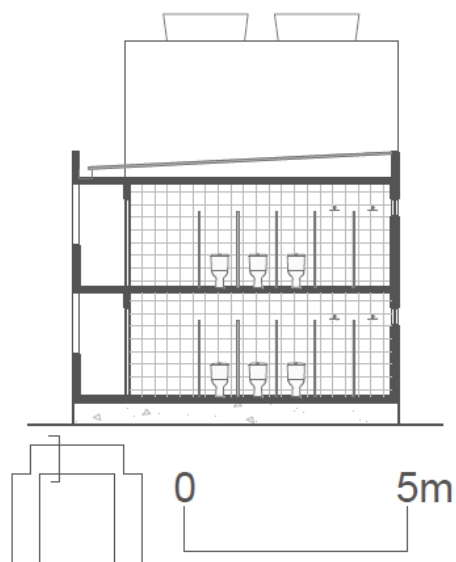


Figura 79: Corte edifício U abrigo

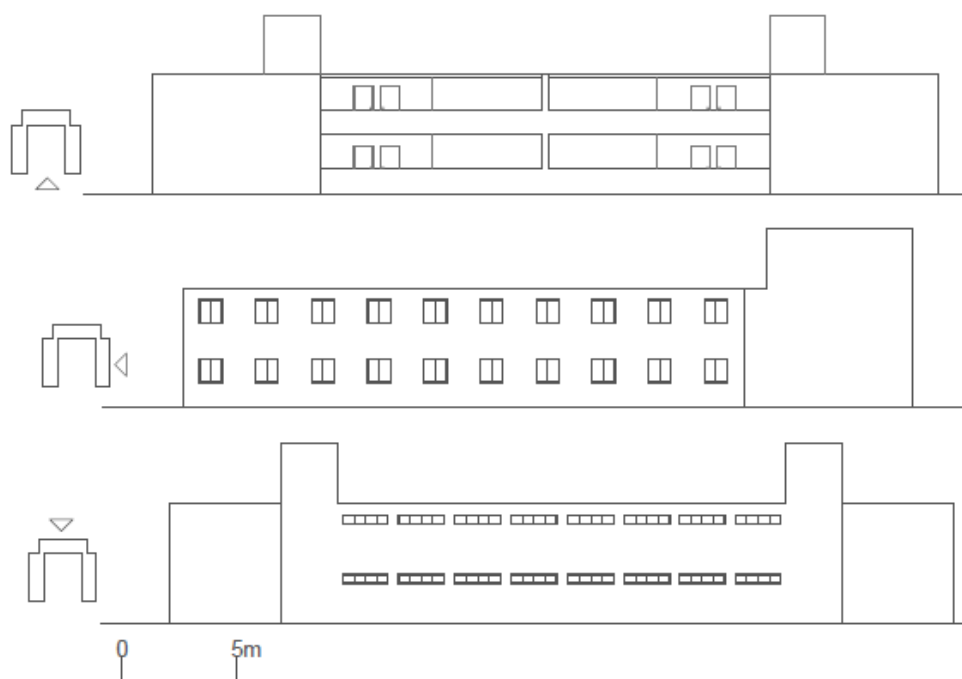


Figura 80: Fachadas edifício U abrigo

3. Edifício L

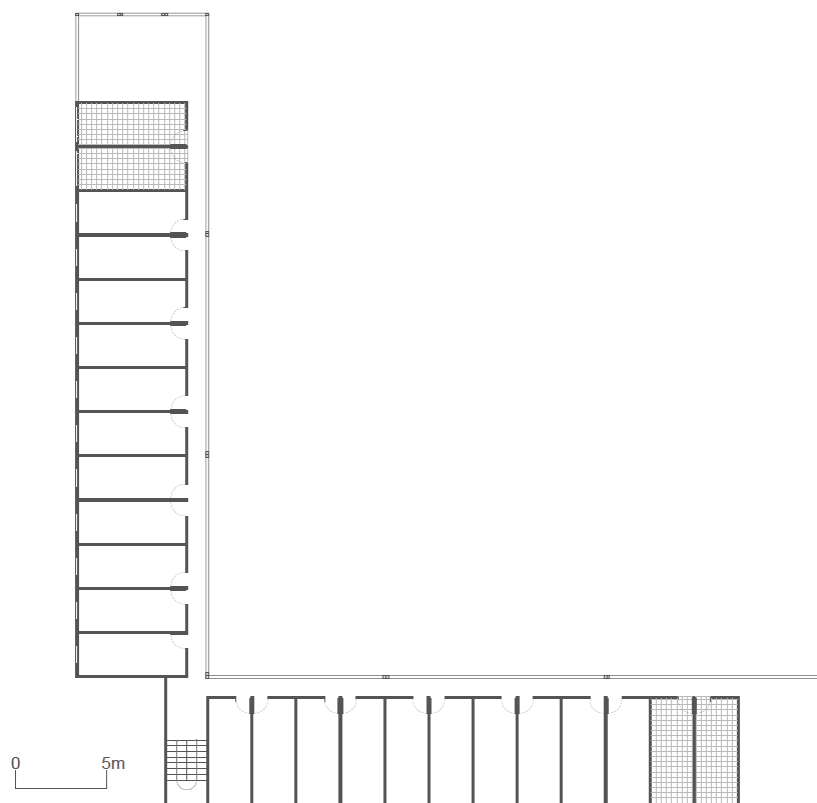


Figura 81: Planta baixa edifício L abrigo

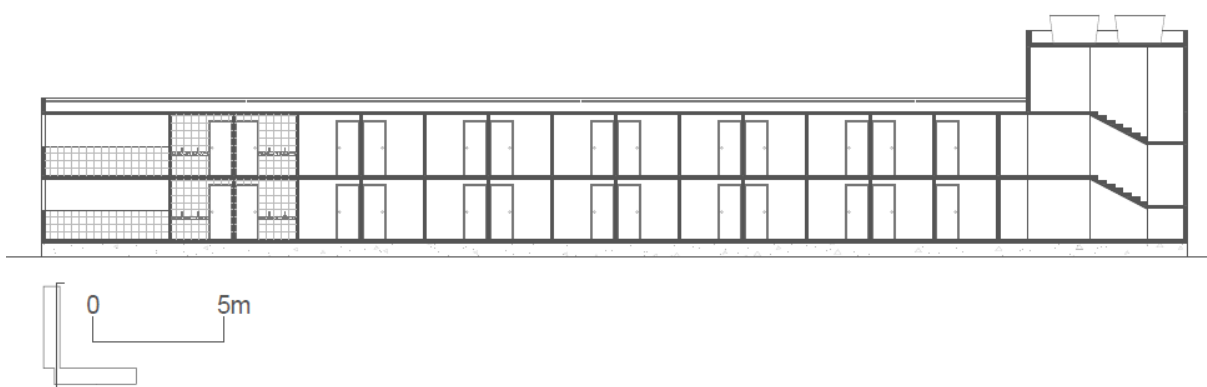


Figura 82: Corte edificio L abrigo

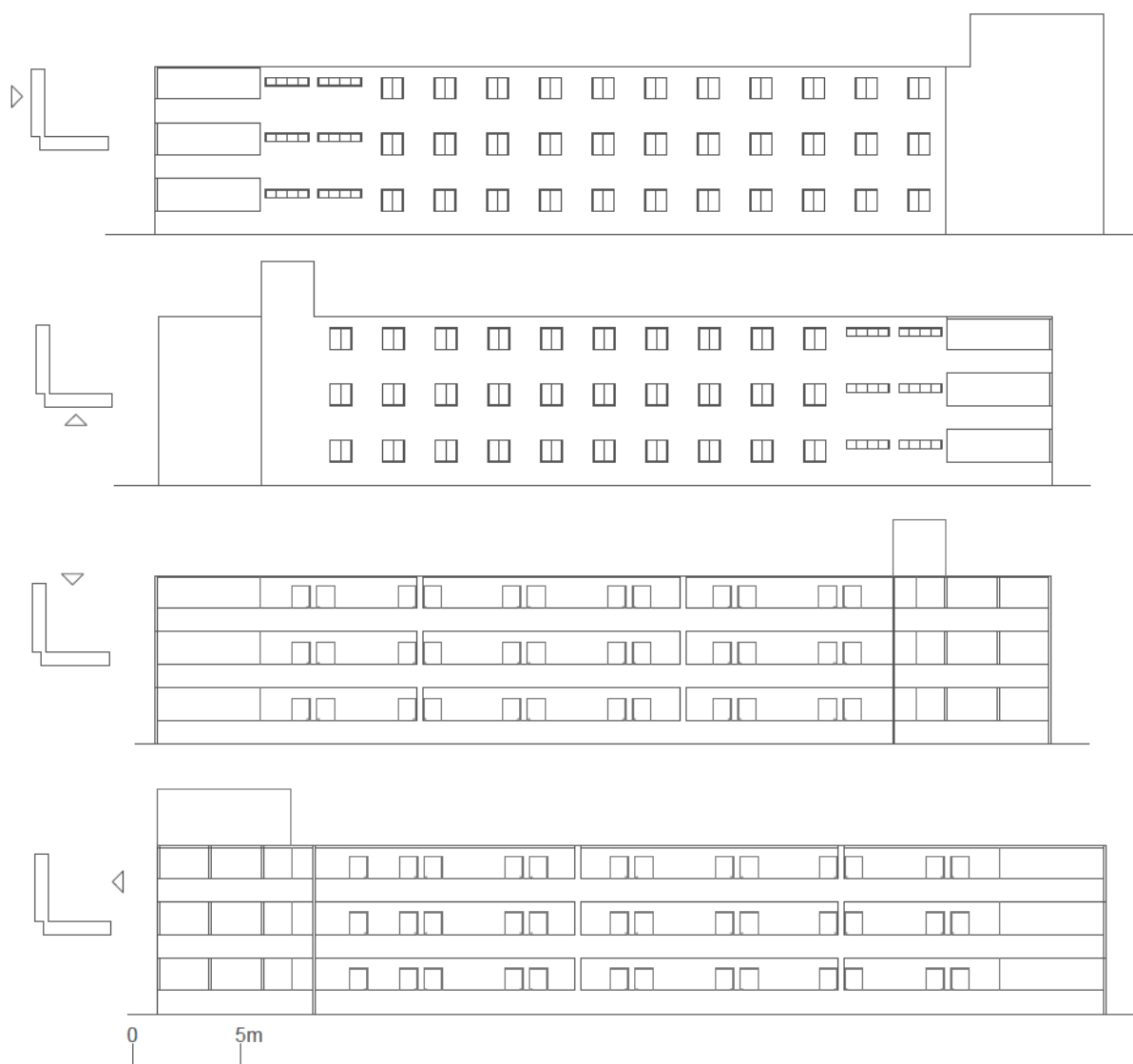


Figura 83: Fachadas edificio L abrigo

4. Layouts

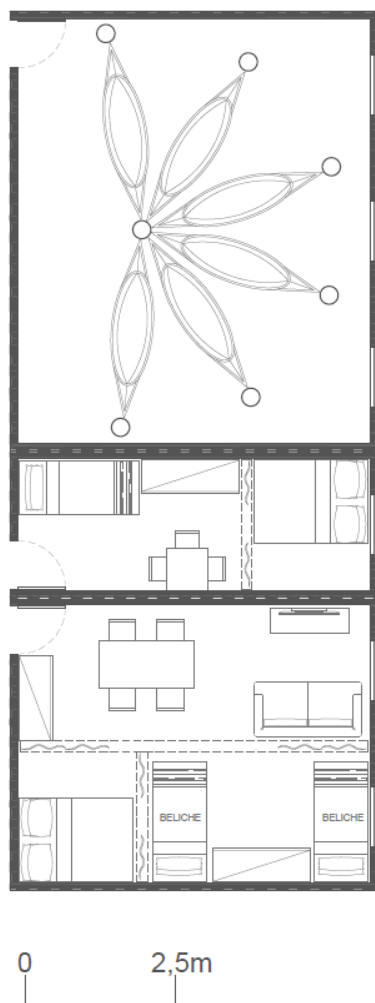


Figura 84: Layouts abrigos

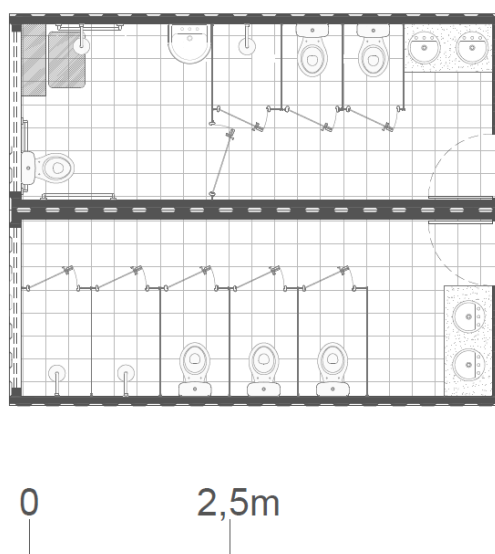


Figura 85: Layouts banheiro

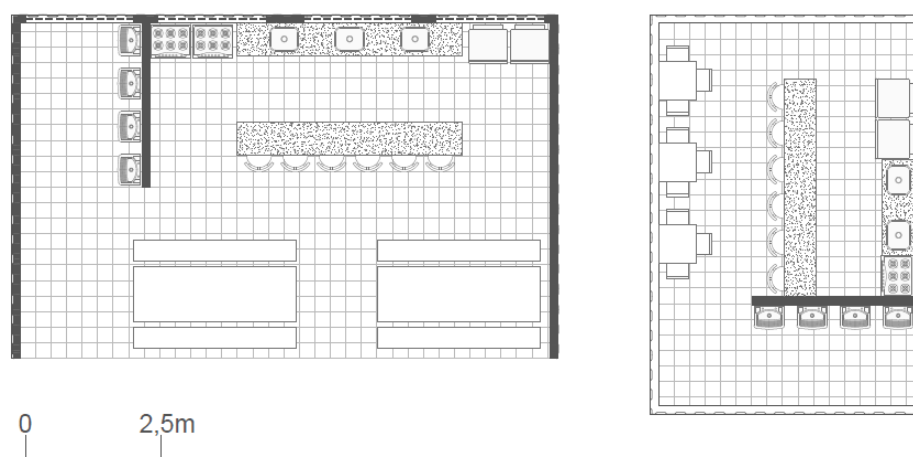


Figura 86: Layouts cozinhas coletivas

- Edifícios de comércio

Os edifícios de comércio seguem a mesma modularidade dos abrigos, porém ao invés de janelas os módulos possuem portas de comércio. Assim como os abrigos, existem dois tipos de módulos de comércio. A diferença maior entre as edificações é que os edifícios de abrigo e administrativos possuem 2 ou 3 pavimentos, mas os de comércio são edificações térreas. Porém há a possibilidade de haver edifícios de uso misto, onde o térreo é comércio e os outros pavimentos são abrigos.

1. Edifício linear

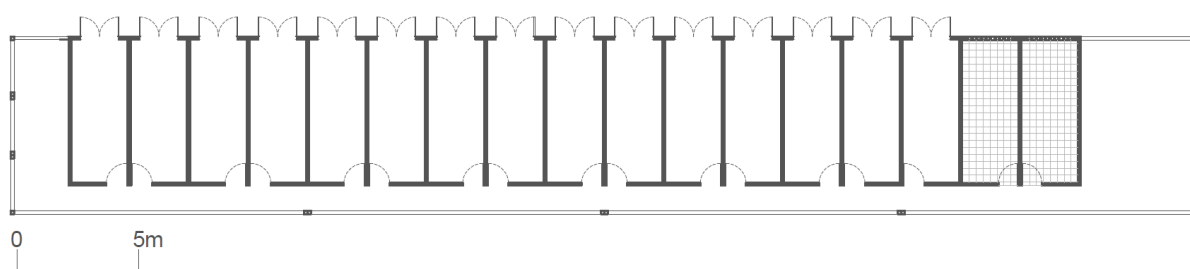


Figura 87: Planta baixa edifício linear comércio

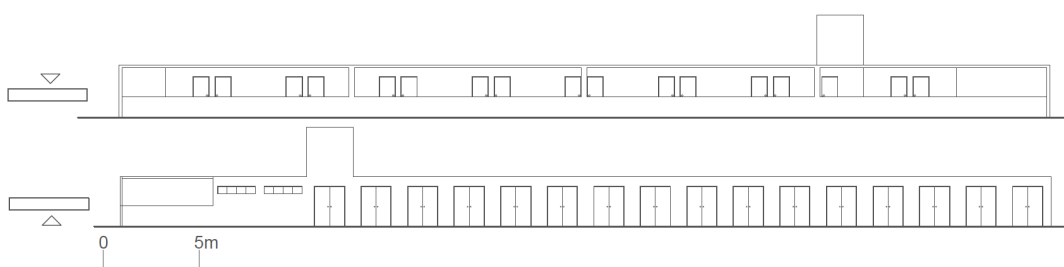


Figura 88: Fachadas edifício linear comércio

2. Edifício U

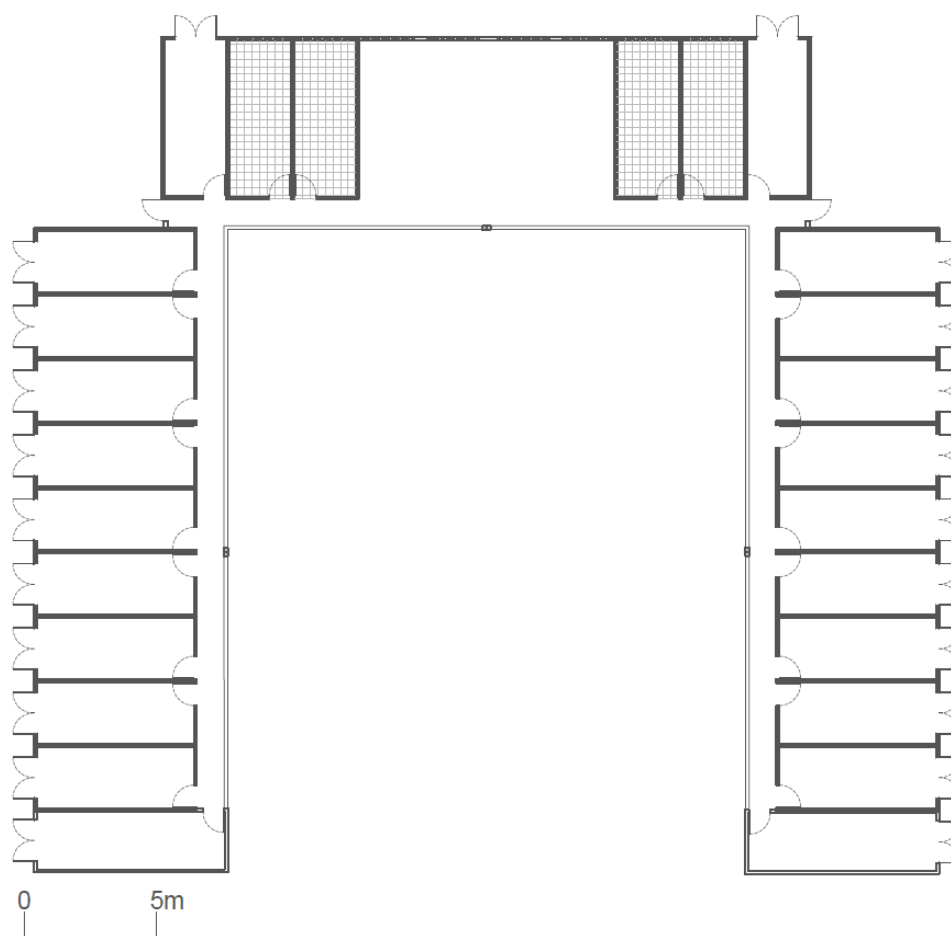


Figura 89: Planta baixa edifício U comércio

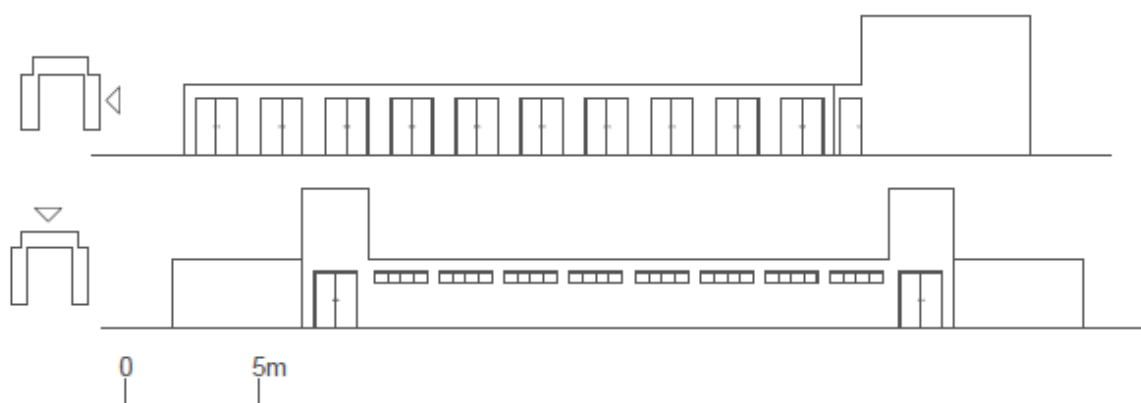


Figura 90: Fachadas edifício U comércio

3. Edifício L

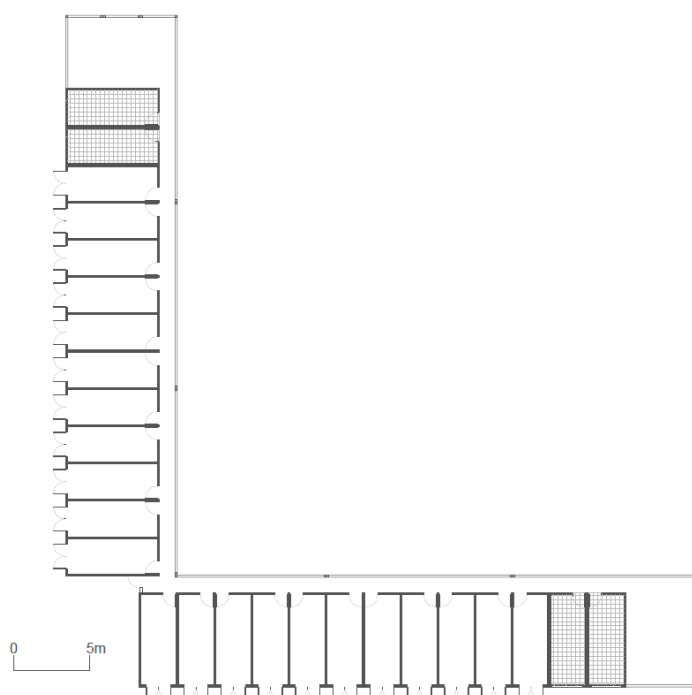


Figura 91: Planta baixa edifício L comércio



Figura 92: Fachadas edifício L comércio

- Edifícios de apartamento

O projeto foi pensado para ser permanente, por isso há a possibilidade de transformar os edifícios de abrigo em edifícios de apartamento. Os abrigos seriam construídos primeiro, pois há a necessidade de abrigar a maior quantidade de pessoas possíveis e a remodelação viria após algum tempo, como fruto do esvaziamento do campo, serviria para acomodar as famílias que optaram em

permanecer morando na campo de refugiados e evitando os problemas de precarização e marginalização encontrados em outros campos de refugiados ao redor do mundo.

Para isso é proposto três tipos de apartamentos que sua combinação são capazes de se adequar às estruturas dos edifícios existentes.

1. Apartamento de 43 m² com dois quartos.

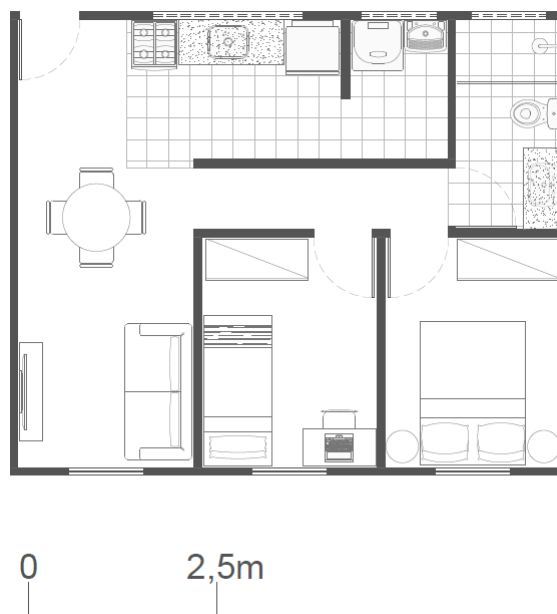


Figura 93: Apartamento 43 m²

2. Apartamento de 57 m² com três quartos.

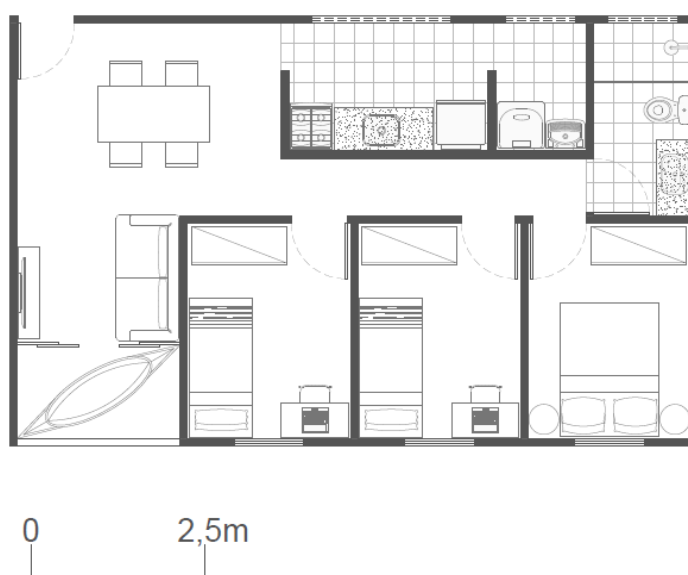


Figura 94: Apartamento 57 m²

3. Apartamento de 69 m² com três quartos.

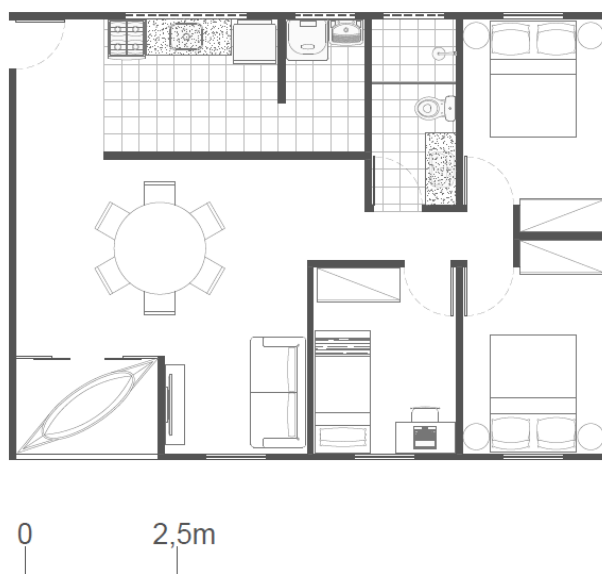


Figura 95: Apartamento 69 m²

A remodelação segue a modularidade de 2,44 metros dos abrigos, para que não haja uma grande alteração da fachada.

1. Edifício linear

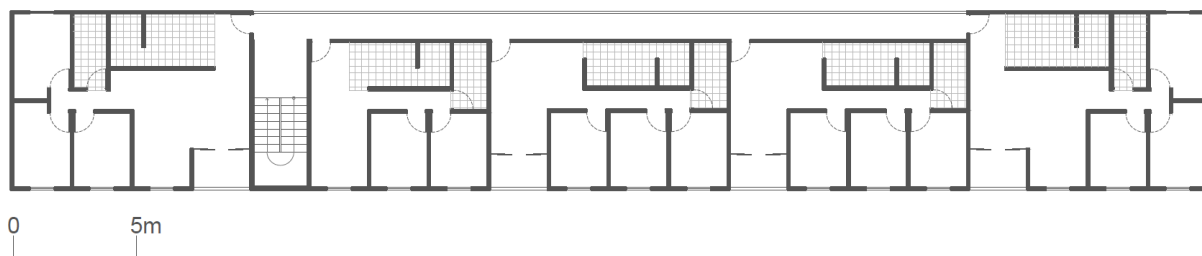


Figura 96: Planta baixa edifício linear apartamento

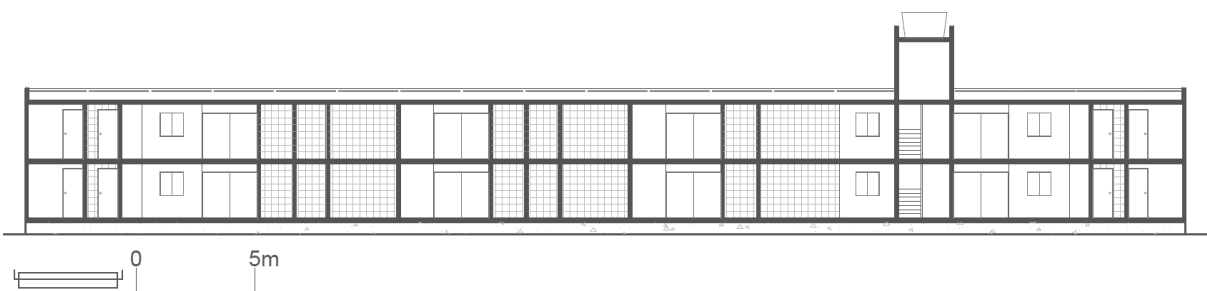


Figura 97: Corte edifício linear apartamento

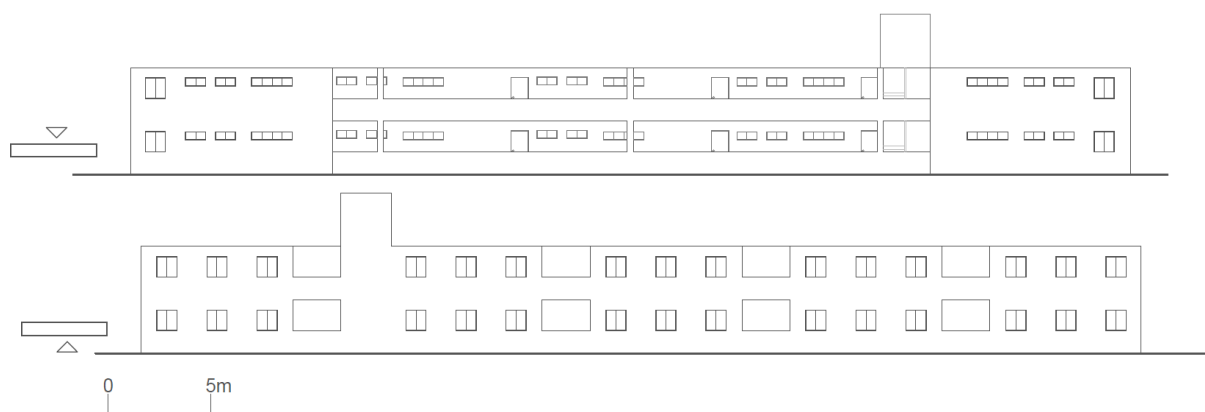


Figura 98: Fachadas edifício linear apartamento

2. Edifício L

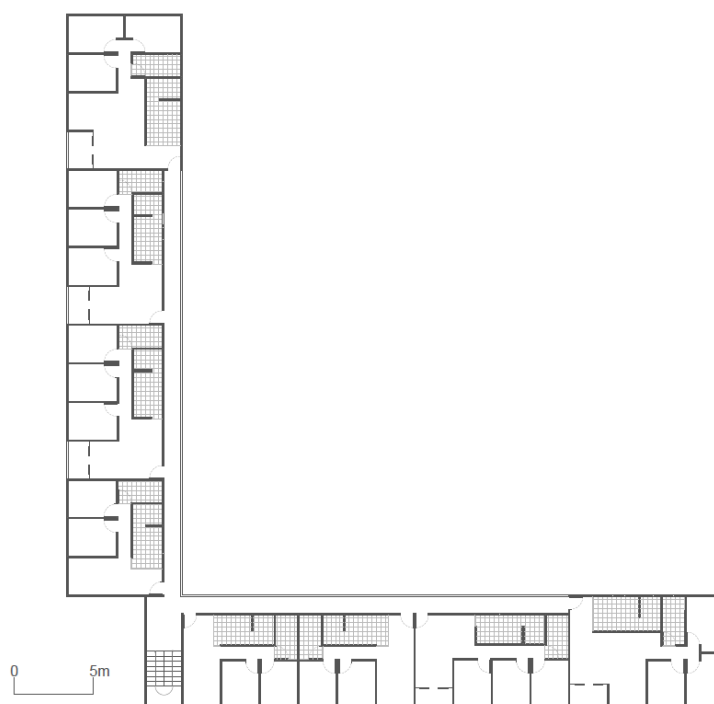


Figura 99: Planta baixa edifício L apartamento

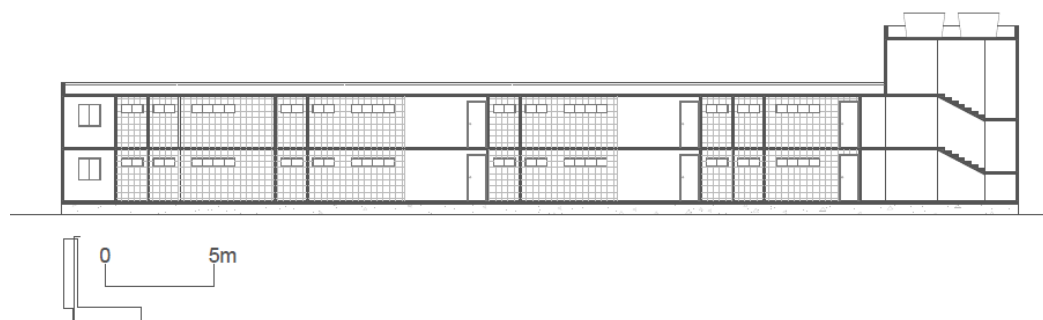


Figura 100: Corte edifício L apartamento

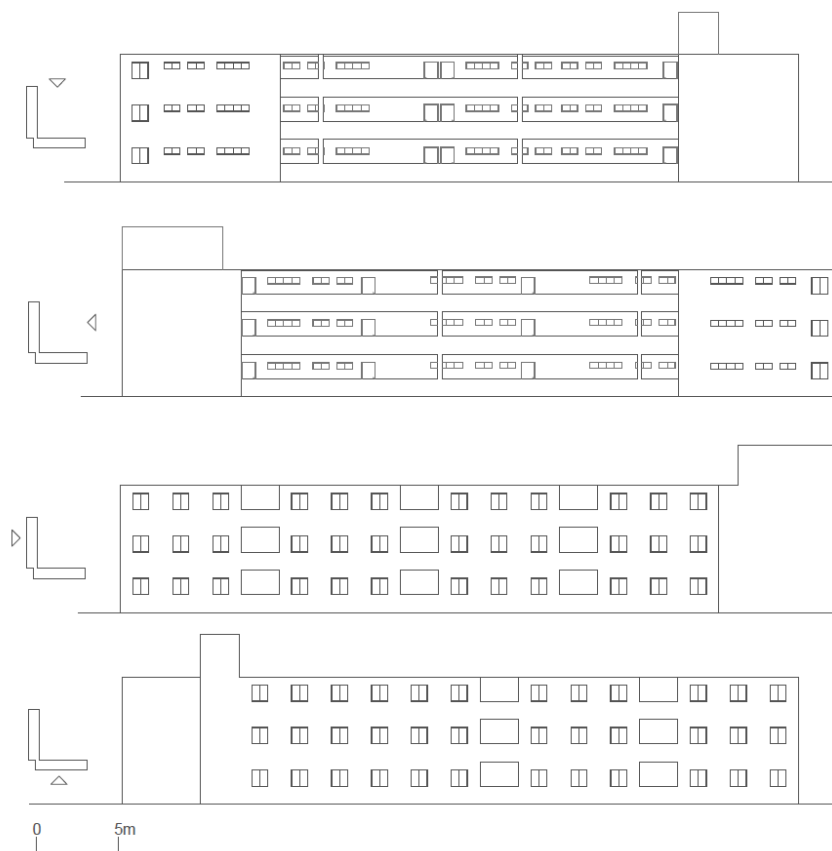


Figura 101: Fachadas edifício L apartamento

3. Edifício U

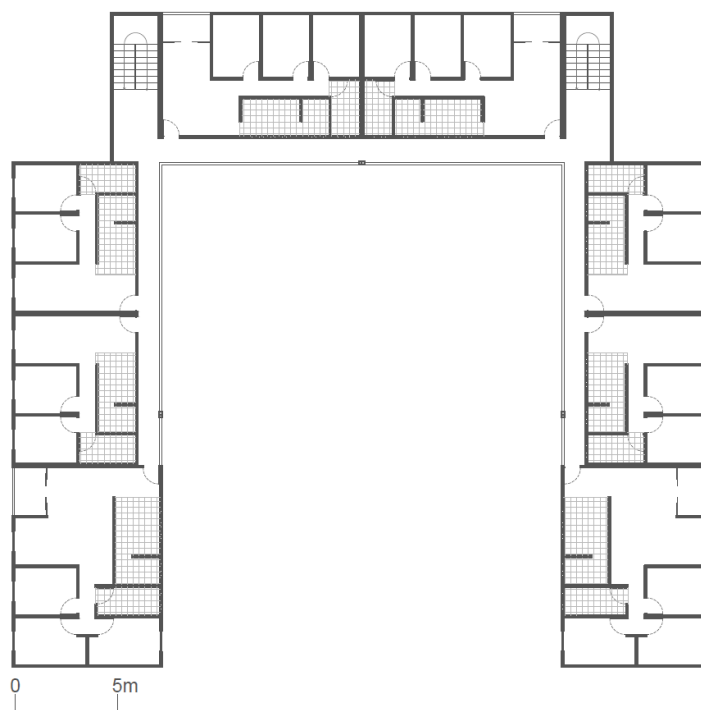


Figura 102: Planta baixa edifício U apartamento

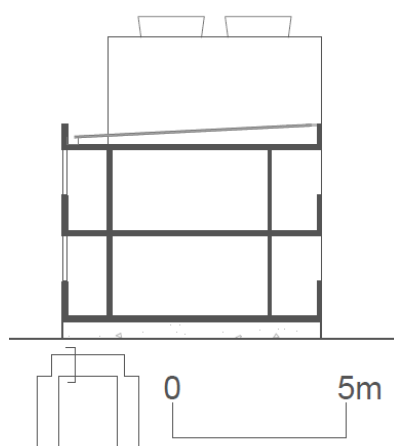


Figura 103: Corte edificio U apartamento



Figura 104: Fachadas edificio U apartamento

CONCLUSÃO

Esse trabalho pretendeu entender a problemática de um campo de refugiados que é pensado para ser efêmero e acaba tornando-se permanente a partir do estudo de casos existentes e como é possível propor um campo de refugiados que possa ser permanente, evitando assim os problemas que a falta de um planejamento possa acontecer.

Para isso foi proposto um estudo preliminar de um campo de refugiados em Roraima, baseado na integração com a cidade, no fomento às centralidades e no reuso de container que permite modularidade, adensamento e usos e funções mais flexíveis para se adequar com as necessidades com o passar do tempo.

Assim, o trabalho mostra sua relevância quanto ao pensamento crítico da situação da maioria dos campos de refugiados atuais, bem como na proposição de novas soluções de construir um campo que podem ser aderidas em qualquer lugar do mundo. Além de aumentar, se necessário, através do adensamento, o número de pessoas abrigadas se comparado com a quantidade atual de abrigados no Abrigo Rondon.

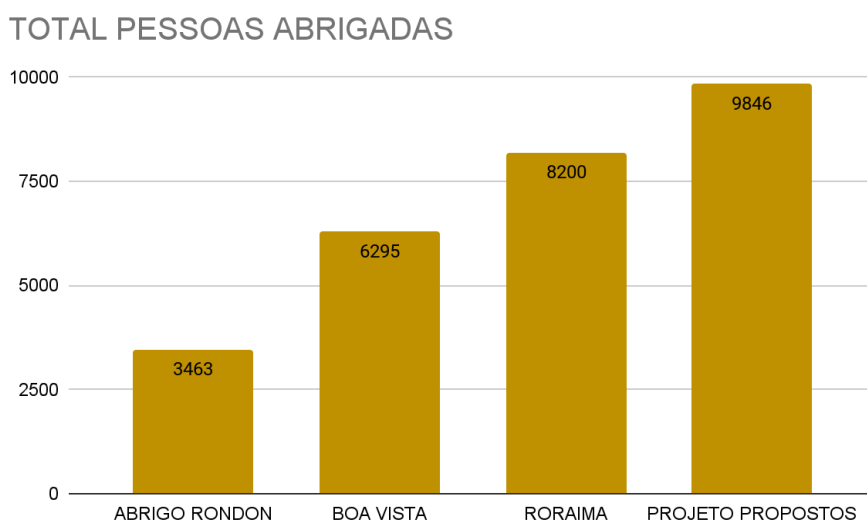


Figura 105: Gráfico de pessoas abrigadas

E propor uma maior quantidade de usos no terreno que hoje se encontra o abrigo. Isso é importante para auxiliar os abrigados em diversas esferas de suas vidas e não só na questão de abrigo.

PERCENTUAL DE USOS PROPOSTOS

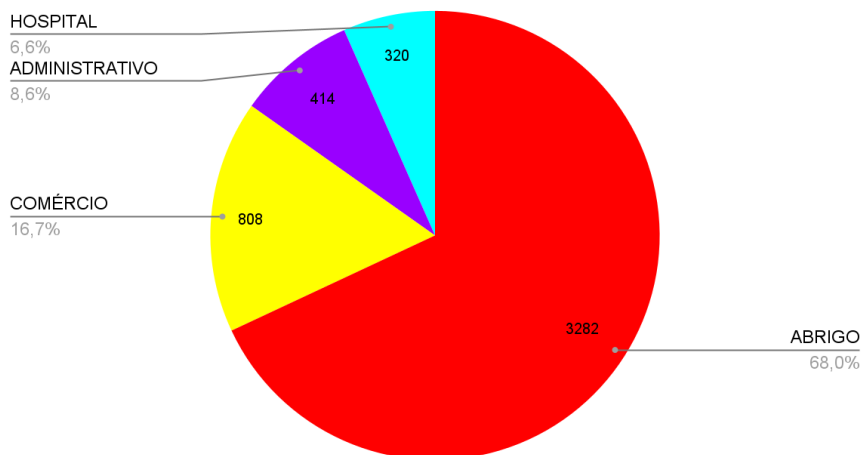


Figura 106: Gráfico porcentagem de usos propostos

Conclui-se que é possível conceber um campo de refugiados que respeite a integridade de seus habitantes sem sobrecarregar as infraestruturas do país que os acolhe e sem ser uma possível área de marginalização e isolamento.

REFERÊNCIAS

SILVA, Daniel Neves. O que é um refugiado?. Mundo Educação, 2020. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/curiosidades/o-que-e-um-refugiado.htm>
Acesso em: 18 out. 2022.

Solicitação de Refúgio, Residência e Naturalização. ACNUR. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/asylum-claim/>. Acesso em: 20 set 2022

CONRADO, Regina. Como o conceito de refugiado evoluiu ao longo da história. Migra Mundo, 2021. Disponível em: <https://migramundo.com/como-o-conceito-de-refugiado-evoluiu-ao-longo-da-historia/>
Acesso em: 27 set. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Entenda as diferenças entre refúgio e asilo. gov.br, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-a-silo>. Acesso em: 24 nov. 2022.

UNHCR, The Un Refugee Agency. GLOBAL TRENDS FORCED DISPLACEMENT IN 2021. UNHCR, 2021. Disponível em: <https://www.unhcr.org/62a9d1494/global-trends-report-2021>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. Refúgio em Números, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

JUNQUEIRA, Diogo. Boa Vista escolhe área de 40 mil m² para 12 mil refugiados venezuelanos IN 2021. R7, 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/boa-vista-escolhe-area-de-40-mil-m-para-12-mil-refugios-dos-venezuelanos-02032018>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Mateo, Cristina. "Cidades invisíveis: repensando a crise dos refugiados através da arquitetura" [Invisible Cities: Rethinking the Refugee Crisis Through Design] 20 Ago 2021. ArchDaily Brasil. (Trad. Libardoni, Vinicius) Acessado 8 Abr 2023. <

<https://www.archdaily.com.br/br/965668/cidades-invisiveis-repensando-a-crise-dos-refugiados-atraves-da-arquitetura> >

Allen, Katherine. "Além da tenda: Por que campos de refugiados precisam de arquitetos (agora mais do que nunca)" [Beyond the Tent: Why Refugee Camps Need Architects (Now More than Ever)] 14 Nov 2013. ArchDaily Brasil. (Trad. Marcon, Naiane) Acessado 8 Abr 2023. <

<https://www.archdaily.com.br/br/01-152647/alem-da-tenda-por-que-campos-de-refugiados-precisam-de-arquitetos-agora-mais-do-que-nunca> >

Romullo Baratto. "Vídeo: IKEA projeta abrigo para refugiados" 06 Ago 2013. ArchDaily Brasil. Acessado 8 Abr 2023.

<https://www.archdaily.com.br/br/01-132325/video-ikea-projeta-abrigo-para-refugiados>

Valencia, Nicolás. "Como criar um acampamento para 130 mil refugiados?" [¿Cómo se levanta un campamento para 130.000 personas?] 02 Jun 2014. ArchDaily Brasil. Acessado 8 Abr 2023. <

<https://www.archdaily.com.br/br/611396/como-criar-um-acampamento-para-130-mil-refugiados> >

Lynch, Patrick. "Shigeru Ban projetará 20 mil novas habitações para refugiados no Quênia" 28 Jul 2017. ArchDaily Brasil. (Trad. Baratto, Romullo) Acessado 8 Abr 2023. <

<https://www.archdaily.com.br/br/876469/shigeru-ban-projetara-20-mil-novas-habitacoes-para-refugiados-no-kenia> >

Camilla Ghisleni. "O papel da arquitetura na questão dos refugiados e migrantes latino-americanos" 07 Set 2020. ArchDaily Brasil. Acessado 8 Abr 2023. <
<https://www.archdaily.com.br/br/946872/o-papel-da-arquitetura-na-questao-dos-refugiados-e-migrantes-latino-americanos> >

Harrouk, Christele. "Campos de refugiados: de assentamentos temporários a cidades permanentes" [Refugee Camps: From Temporary Settlements to Permanent Dwellings] 07 Jun 2020. ArchDaily Brasil. (Trad. Libardoni, Vinicius) Acessado 8 Abr

2023.

<

<https://www.archdaily.com.br/br/940754/campos-de-refugiados-de-assentamentos-temporarios-a-cidades-permanentes> >

THE REFUGEE AGENCY, Unhcr. THE KALOBEYEI INTEGRATED SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT PROGRAMME. UNHCR, 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/ke/kalobeyei-settlement> . Acesso em: 09 fev. 2022.

HAZAN, V. M. Arquitetura humanitária e acolhimento na América Latina. VIRUS, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus22/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 08 Abr. 2023.

ArchDaily Team. "Os projetos humanitários de Shigeru Ban" [The Humanitarian Works of Shigeru Ban] 06 Mai 2020. ArchDaily Brasil. (Trad. Helm, Joanna) Acessado 8 Abr 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/01-185116/projetos-humanitarios-de-shigeru-ban>>

BAN, Shigeru. Social Beauty. Madrid: Publisher, 2017.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Arquitetos criam casa hexagonal para refugiados de desastres climáticos. Gazeta do Povo, 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/arquitetos-criam-casa-hexagonal-para-refugiados-de-desastres-climaticos-bn4cawjsxa59a5rq3ee75bggn/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

AFRIDI, Qaiser Khan . Solução simples e barata leva qualidade de vida a deslocados no Paquistão. ACNUR, 2013. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2012/07/11/solucao-simples-e-barata-leva-qualidade-de-vida-a-deslocados-no-paquista/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CARBONARI, L. T.; BARTH, F. Reutilização de contêineres padrão ISO na construção de edifícios comerciais no sul do Brasil. PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, SP, v. 6, n. 4, p. 255-265, dez. 2015. ISSN 1980-6809.

Disponível em:
<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8641165>>. Acesso em: 23 nov. 2022

DOMINGOS, Bruno Eduardo Mazetto. Métodos para o conforto térmico e acústico em habitações de contêineres, 2014. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Projeto Arquitetônico: Composição e Tecnologia do Espaço Construído) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

França Junior, Adelmo Magalhães de. Análise estrutural de contêineres marítimos utilizados em edificações [manuscrito] / Adelmo Magalhães de França Junior. - 2017.

MELO, Larissa ; ELLER, Cibele . Nômades por Necessidade:: O papel da arquitetura em situações de emergência. Rio de Janeiro: UIA 2021, 2021.

Marc Augé, Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité, La Librairie du XX^e siècle, Seuil, p. 100.

SMITH, R. E.; Prefab architecture: a guide to modular design and construction. / Ryan E. Smith; foreword by James Timberlake. – Nova Jersey: John Wiley & Sons Inc., 2010.

NUNES, N. C. G. Aproveitamento de containers marítimos para habitação. / Nuno Carlos Gonçalves Nunes. – Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009

RODRIGUES, Felipe Klein. Casa Contêiner: Uma proposta de residência unifamiliar sustentável. UNIJUI, 2015

OLIVEIRA, Thaylânia Marques de. O uso do container como alternativa para a construção residencial. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2018

RMNA. Análise de necessidades dos refugiados e migrantes. Plataforma RAV 4. 2022

HAZAN, V. M. Arquitetura humanitária e acolhimento na América Latina. V!RUS, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus22/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

Franco, José Tomás. "Fachadas de fibrocimento: 9 bons exemplos " [Fachadas de fibrocemento en la arquitectura: 9 ejemplos notables] 25 Out 2018. ArchDaily Brasil. (Trad. Souza, Eduardo) Acessado 4 Abril 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/904662/fachadas-de-fibrocimento-9-bons-exemplos>>

"Casa Contêiner / Marília Pellegrini Arquitetura" 21 Mar 2021. ArchDaily Brasil. Acessado 4 Abril 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/920328/casa-container-marilia-pellegrini-arquitetura>>